

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura
Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade
Período de Análise: 01/06/2013 a 30/06/2013

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Agroecologia planta boas ideias e colhe equilíbrio. Eduardo Vanini – O Globo, Educação. 03/06/2013.....	5
Geopolítica do desenvolvimento sustentável – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 03/06/2013.....	6
Agricultura sustentável terá R\$ 4,5 bilhões. Venilson Ferreira – O Estado de São Paulo, Economia. 04/06/2013.....	6
Produção orgânica reduz impacto sobre solo, água e biodiversidade. Andrea Vialli – Folha de São Paulo, Ambiente. 05/06/2013	8
Empresas investem em ações sustentáveis. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 05/06/2013	9
Dia do Meio Ambiente: Comemoração do contra. Najar Tubino – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 05/06/2013	10
Brasil é referência ambiental. Sophia Gebrim – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 05/06/2013.....	12
País reduz em 39% emissões de gases de efeito-estufa. Herton Escobar – O Estado de São Paulo, Notícias Gerais. 06/06/2013.....	14
Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica deve ser lançado em junho – Site do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). 06/06/2013	15
Cepal faz reunião no Chile – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 07/06/2013.....	16
NE terá zoneamento ecológico. Sophia Gebrim – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 07/06/2013.....	16
Brasil das copas sustentáveis. Lucienne de Assis – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 07/06/2013.....	17
Melhores práticas sustentáveis. Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 10/06/2013.....	18
EPE: Modelo de hidrelétrica deve considerar ambiente. André Magnabosco – O Estado de São Paulo, Economia. 11/06/2013	19
Governo aprova Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 12/06/2013	20
Debate aborda os caminhos para uma produção sustentável no bioma Mata Atlântica – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 13/06/2013.....	21
Agricultura familiar sustentável é tema de seminário no Incra – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 13/06/2013.....	22
Alimentos saudáveis e sustentáveis. Sarah Monteiro – O Globo, Rio. 14/06/2013.....	23

Ceplac lança produto sustentável para combater vassoura-de-bruxa – Site do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). 16/06/2013	23
Desmatamento volta a aumentar na Amazônia Legal. Cleide Carvalho – O Globo, País. 17/06/2013	25
Pepe Vargas defende integração de políticas para desenvolvimento territorial – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 18/06/2013	26
Expansão econômica ainda é rival da proteção ambiental, dizem especialistas – Folha de São Paulo, Deutsche Welle. 18/06/2013	27
Aviso de pauta - MDA promove Conferência Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário no Pontal do Paranapanema/SP – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/06/2013	29
Pronera abre primeira especialização na Bahia para assentados da reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/06/2013	30
MDA promove conferência temática sobre agrobiodiversidade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 20/06/2013	31
Economia verde fortalecida. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 24/06/2013	32
Incentivo para o campo. Sophia Gebrim – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 24/06/2013	33
Dilma trava novas unidades ambientais. João Carlos Magalhães –Folha de São Paulo, Poder. 24/06/2013	34
Mais apoio para a Amazônia – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 24/06/2013	35
Jovens discutem propostas para desenvolvimento rural sustentável e solidário – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/06/2013	37
Cargill fomenta produção sustentável de óleo de palma na Malásia. Fernando Lopes – O Estado de São Paulo, Agronegócios. 25/06/2013	38
Florestas para recuperação de Áreas Degradadas – Site da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 26/06/2013	38
As manifestações e a sustentabilidade. Dal Marcondes – Site da Carta Capital, Sociedade. 26/06/2013	38
Sustentabilidade norteia subsídios na EU. Joshua Chaffin – O Estado de São Paulo, Agronegócios. 27/06/2013	39
Encontro debate estratégias para produção da agricultura familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 27/06/2013	41
Os desafios do extrativismo na Amazônia. Gabriel Bonis – Site da Carta Capital, Sociedade. 30/06/2013	42

“O conhecimento é importantíssimo”. Gabriel Bonis – Site da Carta Capital, Sociedade. 30/06/2013 47

Agroecologia planta boas ideias e colhe equilíbrio. Eduardo Vanini – O Globo, Educação. 03/06/2013

Fazenda na Rural tem mais de 50 culturas, envolve cerca de 100 estudantes e abastece o restaurante local

Na PUC, uma feira orgânica vende produtos comprados na internet

RIO - Área de conhecimento que busca tornar mais equilibrada a relação entre o homem e a natureza, por meio da valorização da agricultura familiar e da produção limpa, entre outros aspectos, a agroecologia vem ganhando espaço dentro das universidades.

Na UFRRJ, em Seropédica, a Fazenda Agroecológica funciona em parceria com os governos federal e estadual. São 60 hectares, com mais de 50 culturas livres de herbicidas e agrotóxicos, que abastecem o restaurante universitário. Cerca de cem estudantes fazem estágio e aulas práticas por lá a cada semestre.

Aluno do 7º período de Agronomia, Lucas Antônio de Freitas, de 23 anos, é bolsista de um estudo sobre irrigação, que usa energia solar para alimentar o sistema, controla o volume de água para evitar o desperdício e reutiliza água empregada em outros pontos da fazenda.

— Agora que conheci a agroecologia, não quero mais sair dessa área. É rentável e traz enorme satisfação pessoal — avalia Lucas.

Na PUC, a produção de orgânicos faz sucesso em uma feira semanal onde são entregues produtos vendidos pela internet. A atividade faz parte da disciplina “A convivência com o biochip”, do Departamento de Artes e Design, mas é aberta a todos os cursos. O conteúdo investiga aspectos de frutas, hortaliças e sementes revitalizadas pela germinação.

Cerca de 25 alunos fazem a feira funcionar, orientados pela professora Ana Branco.

— Aprendo a trabalhar de maneira coletiva e me aproximo de pessoas que buscam hábitos alimentares como o meu. Em função da disciplina, já visitei sítios e pude ver na prática como esses produtores atuam — conta o estudante João Vitor Brito, de 21 anos, que está no 2º período de Geografia.

O Mutirão de Agricultura Ecológica da UFF também reúne alunos em torno do tema. O grupo tem uma horta e promove debates. Devido ao mutirão, a estudante do 8º período de Geografia Mônica Carneiro, de 22 anos, já passou finais de semana em sítios de pequenos produtores. Hoje, tem o quintal repleto de hortaliças, enquanto alimentos transgênicos foram banidos do cardápio familiar.

— É uma alternativa de vida — conta Mônica, que sonha em comprar um terreno para praticar o cultivo agroecológico.

Geopolítica do desenvolvimento sustentável – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 03/06/2013

Seminário internacional propõe debate sobre barreiras e oportunidades na área ambiental

As comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente começam nesta segunda-feira (03/05). A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, abre, às 9h, a semana dedicada ao tema com o debate internacional “A geopolítica do desenvolvimento sustentável”. O evento será realizado no Jardim Botânico do Rio de Janeiro e reunirá representantes de organizações governamentais e não governamentais, organismos internacionais, setor privado e academia.

A iniciativa também faz parte da celebração do primeiro aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). O seminário é uma realização do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Centro Rio+), parceria do governo brasileiro, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e mais 25 outras instituições.

Participam da abertura oficial a subsecretária de Economia Verde do Rio de Janeiro, Suzana Kahn; o embaixador do Ministério das Relações Exteriores, José Antônio Marcondes de Carvalho, e o chefe do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil, Jorge Chediek.

COMPRAS PÚBLICAS

No período da tarde, ocorre o minicurso sobre compras públicas sustentáveis, voltado ao público empresarial. O objetivo é alinhar conhecimentos dos representantes das empresas e das associações setoriais da indústria sobre compras públicas sustentáveis, por meio de conceitos, marco legal, especificações da compra, além de casos práticos.

Além do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o minicurso também é organizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan). A semana toda contará com painéis e oficinas sobre o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), que tem como proposta assegurar vida plena e digna para todos.

Agricultura sustentável terá R\$ 4,5 bilhões. Venilson Ferreira – O Estado de São Paulo, Economia. 04/06/2013

O ministro da Agricultura, Antônio Andrade, disse que o financiamento ao desenvolvimento sustentável da agricultura brasileira continua prioritário entre as modalidades de crédito fomentadas pelo governo federal. Pelo Programa Agricultura de

Baixa Emissão de Carbono (ABC), que financia tecnologias que aumentam a produtividade com menor impacto ambiental, o volume de recursos saltou de R\$ 3,4 bilhões para R\$ 4,5 bilhões. A taxa de juros se mantém em 5% ao ano.

O plano de safra anunciado nesta terça-feira, 4, pelo governo também prevê financiamentos da ordem de R\$ 5,3 bilhões para os programas de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop) e do de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro), ambos com taxas de juros de 5,5% ao ano. O governo reduziu os juros para capital de giro das cooperativas, de 9% para 6,5% ao ano.

Para apoiar a comercialização e assegurar a renda dos agricultores, além de permitir a formação de estoques estratégicos, por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos, o novo plano prevê orçamento de R\$ 5,6 bilhões. Segundo o governo, R\$ 2,5 bilhões desse total se destinam à aquisição de produtos e manutenção de estoques públicos e R\$ 3,1 bilhões, à equalização para garantir o preço mínimo ao produtor.

Seguro rural

O aumento do montante de recursos destinados à subvenção ao seguro rural, antiga reivindicação dos produtores rurais, que sensibilizou a presidente Dilma Rousseff, finalmente se tornará realidade. O governo elevou em 75% os valores destinados à subvenção dos prêmios do seguro rural, que passou de R\$ 400 milhões para R\$ 700 milhões.

Segundo o ministro Antônio Andrade, do total dos recursos, 75% serão aplicados em regiões e produtos agrícolas prioritários, com subvenção de 60% do custo da importância segurada. Ele informou que a expectativa do governo é segurar uma área superior a 10 milhões de hectares e beneficiar 96 mil produtores.

O governo também elevou os limites de financiamento de custeio por produtor, que passou de R\$ 800 mil para R\$ 1 milhão. No caso do crédito para comercialização, o limite passou de R\$ 1,6 milhão para R\$ 2 milhões.

O ministro lembrou que, em ambos os casos, o aumento no limite foi de 25%, mas o contrato de custeio pode ser ampliado em até 45%, dependendo das condições de contratação ou de uso de determinadas práticas agropecuárias, como adesão ao seguro agrícola ou a mecanismos de proteção de preços, utilização do plantio direto, comprovação de reservas legais e áreas de preservação permanente na propriedade e adoção do sistema de identificação de origem.

Laboratórios federais

O Ministério da Agricultura também anunciou investimentos para aprimorar o sistema de defesa agropecuária brasileiro. Segundo o ministro Antônio Andrade, o governo investirá R\$ 120 milhões na ampliação e modernização dos seis Laboratórios Nacionais

Agropecuários (Lanagros) do governo federal, "para oferecer diagnósticos mais rápidos e ainda mais precisos".

Em relação ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (o Sisbi-POA), Andrade afirmou que será criada uma coordenação que garantirá a consolidação do sistema, para facilitar o acesso dos Estados e municípios ao programa. Ele disse que "outra grande preocupação da defesa agropecuária será com a tipificação das carcaças bovinas, incentivando os produtores na melhoria e padronização da carne".

A criação de uma agência de assistência técnica e extensão rural, para levar as tecnologias geradas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) até os produtores rurais, foi lembrada pelo ministro. Segundo ele, a criação do Serviço Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural "será um marco significativo para o aumento da produção, da produtividade e do bem-estar do produtor brasileiro".

Andrade citou, ainda, o recém-criado programa Inova Agro, uma das linhas do programa Inova Empresa do governo federal, que tem por objetivo impulsionar a produtividade e a competitividade do agronegócio brasileiro por meio da inovação tecnológica. Ele afirmou que o governo vai destinar R\$ 3 bilhões para o agronegócio, dos quais R\$ 2 bilhões com foco no financiamento de pesquisa nas empresas e mais R\$ 1 bilhão para que os produtores rurais possam incorporar tecnologias.

Produção orgânica reduz impacto sobre solo, água e biodiversidade. Andrea Vialli – Folha de São Paulo, Ambiente. 05/06/2013

Quando passou a viver em um sítio encravado na Serra da Mantiqueira, em Amparo, interior de São Paulo, Guaraci Diniz nada sabia sobre agricultura. O ano era 1985, e ele, que herdara a terra, só buscava a subsistência da família, produzindo café e leite.

Diniz teve contato com os fundamentos da agricultura orgânica e descobriu que resolveria a falta de água no inverno se mudasse seu modo de produção. Recuperou o solo, replantou as matas ciliares, abriu mão de agrotóxicos e adubos químicos.

Hoje já não falta água no Duas Cachoeiras, assim batizado em razão da abundância que brota de quatro nascentes. O sítio é referência em produção de base ecológica.

"A agricultura orgânica é melhor para o ambiente por considerar a propriedade um sistema vivo e respeitar o ecossistema", diz Diniz, que é presidente da Associação da Agricultura Orgânica.

A substituição de adubos químicos por naturais reduz a contaminação do solo e da água. A opção pelo controle biológico de pragas restaura a biodiversidade local. Outra prática comum é plantar várias culturas numa mesma propriedade, respeitando a presença dos remanescentes de florestas, sistema conhecido como agroflorestal. Em oposição à monocultura, isso ajuda a aumentar a biodiversidade.

O sítio de Diniz preserva remanescentes de mata atlântica, ao mesmo tempo que produz feijão, milho, girassol, mandioca, arroz, hortaliças, mel e lã oriunda da criação de ovelhas.

Outro aspecto positivo diz respeito à questão social. "Como 80% da produção é feita pelas mãos da agricultura familiar, optar por esse tipo de alimento ajuda a fixar famílias no campo", diz Elaine de Azevedo, nutricionista especializada em orgânicos.

Segundo ela, a ideia de que comer sem agrotóxicos faz bem à saúde é consenso, mas é preciso ampliar essa noção. "Os orgânicos não fazem bem só à saúde do indivíduo, são bons para a saúde do ambiente."

Empresas investem em ações sustentáveis. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 05/06/2013

Oficina aborda importância dos relatórios de sustentabilidade das empresas

O incentivo à produção consciente e à divulgação de ações ambientais foram o foco da oficina Relatórios de Sustentabilidade, realizada na tarde dessa terça-feira (04), no Rio de Janeiro. O evento, uma das atividades da programação da Semana do Meio Ambiente, teve por objetivo envolver representantes de empresas e a sociedade em geral com a promoção da economia verde.

Os relatórios de sustentabilidade surgem como instrumentos de transparência e divulgação de informações econômicas, sociais e ambientais das empresas e corporações. A prática contribui para a implantação do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis lançado em novembro de 2011, pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O diálogo do governo com o setor empresarial é um dos principais mecanismos de promoção do desenvolvimento sustentável. "A intenção é dar relevância a iniciativas inovadoras de sustentabilidade que tragam reais mudanças para os padrões brasileiros de consumo", explicou a analista do Departamento de Produção e Consumo Sustentável do MMA, Mariana Silva.

DISSEMINAÇÃO

Realizada pelo MMA em parceria com a Global Reporting Initiative (GRI), a oficina contou com a participação de integrantes dos setores de sustentabilidade de empresas, além de professores universitários e profissionais de outras áreas. "É preciso disseminar a prática de divulgação das ações por meio dos relatórios, trabalhando a conscientização de todos", defendeu Mariana Silva.

Para a diretora da GRI no Brasil, Gláucia Terreo, a presença do poder público na questão é a chave para popularizar a realização dos relatórios nas empresas do país. "Apesar de estar sendo introduzido há anos, esse assunto ainda é novidade para muita

gente. Os efeitos virão quando a prática for desenvolvida em grande escala e o governo tem esse poder de atingir um público maior", destacou.

PONTO CENTRAL

O MMA representa o Brasil como ponto central do Group of Friends of Paragraph 47 (Grupo dos Amigos do Parágrafo 47, em tradução livre), em referência ao 47^a item do documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), intitulado "O Futuro que Queremos".

O Parágrafo 47 da carta reforça justamente o papel dos governos na promoção da transparência das decisões e ações que promovam a sustentabilidade nas organizações. Além do Brasil, o grupo é formado pela Dinamarca, França, África do Sul, Noruega e Colômbia.

Dia do Meio Ambiente: Comemoração do contra. Najjar Tubino – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 05/06/2013

A ONU definiu o dia 5 de junho como o Dia Mundial do Meio Ambiente, que será comemorado na Mongólia, país de nômades, onde a temperatura subiu dois graus nos últimos 70 anos. O tema da campanha é o desperdício de comida, já contabilizado pela FAO em 1/3 do que se produz. Ou 1,3 bilhão de toneladas. O mote da campanha é pensar antes de comer. Talvez fosse melhor pensar antes de desmatar, coisa que não vale muito em termos de países emergentes, onde o agronegócio cada vez mais toma espaço no cenário político.

No urbano país chamado Brasil, pouco mais de 100 deputados da bancada ruralista definem as posições do Congresso Nacional formado por mais de 500 congressistas. Decisões que valem pela nação. Por exemplo: não demarcar mais terras indígenas, a não ser aquelas aprovadas por eles, que pode ser com o aval da Embrapa e do Ministério da Agricultura. O que dá no mesmo, porque são duas entidades totalmente alinhadas com o agronegócio. Por sinal, está para sair na Revista Política Agrícola, editada pelo MAPA, um artigo conjunto de um grupo de pesquisadores da Embrapa, chamado as "Sete Teses", onde está registrado claramente que: a reforma agrária é algo ultrapassado; que o governo federal precisa reorientar os recursos desse setor para uma nova política agrícola e que cerca de três milhões de imóveis da agricultura familiar são deficitários, portanto, devem ser desconsiderados das políticas públicas.

Demarcação proibida

Afinal, vão acabar indo para a cidade, não tem porque investir. É por isso mesmo que não se pode demarcar as terras dos Terenas, em Sidrolândia, no MS, estado que conta com dois milhões de habitantes e uma população acima de 50 mil índios. Ora, Sidrolândia é uma terra rica, custa R\$12 mil o hectare no mercado, é uma terra roxa própria para plantio agrícola. E o dono da Fazenda Buriti, Ricardo Bacha, ex-secretário da Fazenda (1995-1998), ex-presidente da Enersul, a companhia elétrica, ex-deputado, e

homem muito bem relacionado com o governador André Pucinelli, famoso por seus arroubos autoritários. Ele disse que o avô dele comprou as terras da região em 1927, quando nem o estado existia – foi criado em 1977. Na época que a lei da terra, da posse para falar claramente, era garantida à bala.

Nos 13 anos que vivi em Campo Grande e rodei o cerrado, não foram poucas as histórias que ouvi sobre expulsão de posseiros ou de índios das suas terras. Sem contar a reforma agrária feita por Getúlio Vargas nas terras dos guaranis. Também é fato notório que muitas das terras da fronteira com o Paraguai, entre outras, tem documentação longe de ser legítima. Ouvir as lideranças ruralistas reclamarem da “insegurança jurídica”, que as demarcações de terras indígenas estão causando no país, é uma piada de péssimo gosto.

Comemorando o desmatamento

Também é evidente que o poder no Brasil rural, que envolve todos os setores da sociedade e o do Estado, ou estão sob controle dos ruralistas, ou não aguentam a pressão dos seus interesses. Sem contar que juízes, promotores, deputados, médicos, empresários, todos têm as suas fazendas. Mas voltando ao dia mundial do meio ambiente, a razão deste texto. Podemos comemorar o aumento do desmatamento no minguado patrimônio que resta da Mata Atlântica, que perdeu mais 13 mil hectares entre 2010 e 2011, última pesquisa do INPE com a Fundação Mata Atlântica.

Não é emblemático que os dois estados que mais desmataram sejam Minas Gerais e Bahia. O primeiro com a siderurgia e exploração de minério, e o segundo com o avanço da fronteira agrícola no oeste e o eucalipto. Quem sabe podemos comemorar a aprovação do projeto no Senado Federal, de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB PA), autorizando o plantio de cana-de-açúcar na Amazônia Legal, em áreas desmatadas para aumentar a produção de etanol, enquanto no centro sul algumas usinas estão fechadas. Mesmo depois que a própria Embrapa tirou a cana do zoneamento agroecológico da Amazônia, extinguindo a possibilidade de construção de usinas no bioma. Principalmente, os membros do agronegócio não podem usar crédito oficial nas operações.

Aumento no uso do carvão

Quem sabe comemoramos a enchente do rio Negro em 35 municípios do Amazonas, ou a situação de emergência em 95% dos municípios do Ceará, em consequência da seca que assola a região a mais de um ano. E os seus respectivos gestores políticos, ao invés de criar um plano de emergência para toda a região, ficam participando das picuinhas da política nacional. A comemoração também pode ser estendida ao resto do globo: uma enchente na região central da Europa, pilhas de tornados na região do meio oeste estadunidense e a revolta dos turcos na Praça Taksim, onde o governo pretende reformar o parque Gezi e detonar 600 árvores e construir um monumental shopping center. Ainda vou acrescentar mais 115 árvores de uma avenida central no meio de um parque em

Porto Alegre, na frente do Guaíba, que também serão detonadas. Tudo pelo progresso do capitalismo esquizofrênico.

E tem mais. Com o “boom” da exploração do gás de xisto nos Estados Unidos e a crise econômica europeia, as usinas de gás para produção de eletricidade da Europa entraram em um estado paralisante. Não suportam a concorrência do carvão, cujo preço caiu 19% na Bolsa Europeia de Energia, para entrega em um ano. As exportações dos Estados Unidos cresceram 23% em 2012, direcionada aos 27 países da União Europeia, chegaram a 66,3 milhões de toneladas. Os europeus têm ou tinham uma meta de reduzir a emissão de gases estufa em 20% até 2020. Ninguém mais garante o cumprimento da meta.

Motivos para comemorar é que não faltam.

Brasil é referência ambiental. Sophia Gebrim – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 05/06/2013

Taxa de desmatamento na Amazônia Legal medida em 2012 caiu 84% se comparada a 2004

O papel que o Brasil desempenha no combate ao desmatamento e redução das emissões de gases efeito fazem do país referência mundial no setor ambiental. A afirmação foi feita pela presidenta Dilma Rousseff, na manhã desta quarta-feira (05/06) na abertura do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC), em Brasília. Durante o encontro, que marca as atividades do Dia Mundial do Meio Ambiente, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, anunciou os dados consolidados do desmatamento de 2012, os planos setoriais de mitigação das mudanças no clima e os resultados do Projeto TerraClass.

“Todos esses resultados apresentados hoje mostram como estamos evoluindo no setor da economia de baixo carbono e faz com que as políticas públicas fortaleçam as ações de combate e monitoramento do desmatamento e das emissões de gases poluentes”, afirmou a presidenta. Ela ressaltou, ainda, que o Brasil está nos padrões dos países desenvolvidos, com uma matriz energética cada vez mais limpa, florestas protegidas, além do uso sustentável da água e dos recursos naturais. “Assim como vemos em outras nações, é possível conservar, produzir e gerar oportunidades de emprego e renda”, acrescentou.

RESULTADOS

A ministra destacou a queda de 84% na taxa de desflorestamento medida em 2012, comparada a 2004, na Amazônia Legal pelo Projeto PRODES de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite. “Em 2012 o resultado foi de 4.571 km², o que equivale à menor taxa de desmatamento registrada na Amazônia Legal desde que a

sistemática foi implementada pelo Inpe [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais] em 1988”, salientou. Izabella assegurou que, além da queda, o país já conseguiu atingir 76% da meta voluntária de redução do desmatamento prevista para 2020.

Os principais resultados do Projeto TerraClass, que mapeia o uso e cobertura da terra nas áreas desflorestadas da Amazônia Legal, também foram apresentados. “Verificamos que a vegetação secundária (áreas com floresta em crescimento) cresceu 22% comparando os dados de 2010 com 2008”, revelou a ministra. As pastagens (pasto com solo exposto, pasto limpo, pasto sujo e regeneração com pasto) e vegetação secundária avançam ocupando cada vez mais áreas recentemente desflorestadas. “Isso mostra que é possível produzir de forma sustentável com a preservação do meio ambiente e que, por meio de práticas agrícolas sustentáveis, é possível atingir resultados tangíveis dessa positiva relação da agricultura com o meio ambiente”, completou.

Os setores da indústria, mineração, transportes/mobilidade urbana e saúde também apresentaram seus respectivos Planos Setoriais de Mitigação de Mudanças Climáticas. “Os planos foram construídos com grande pactuação entre os setores envolvidos, governo e sociedade e com posicionamento de todos os interessados no tema”, ressaltou Izabella. A partir dessa primeira discussão dos planos, será possível estabelecer uma agenda de acompanhamento, por meio de grupos de trabalho. “A ideia do governo é alcançar a maior convergência possível de modo que todos os setores saiam satisfeitos com as propostas”, explicou.

SETORES

Os planos setoriais de mitigação das mudanças no clima foram elaborados entre junho de 2011 e abril de 2012, com a participação de representantes dos setores produtivos e da sociedade civil, indicados pelo FBMC e entidades convidadas pelas coordenações setoriais. O plano da indústria é voltado para os setores da indústria de transformação, bens de consumo duráveis, química fina, base, papel e celulose, construção civil. Na primeira fase, serão trabalhadas as indústrias de alumínio, cimento, papel e celulose e química. Na segunda, serão contempladas as indústrias de ferro e aço, cal e vidro, com a incorporação progressiva de todos os demais setores até 2020. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior é responsável pela sua execução.

O setor de saúde é voltado para os serviços de saúde, com foco nas ações voltadas ao fortalecimento da capacidade de resposta dos serviços de saúde frente aos impactos da mudança do clima e será trabalhado pelo Ministério da Saúde. Já o setor da mineração abrange as atividades de lavra, beneficiamento físico, pelletização e transporte interno e será acompanhado pelo Ministério de Minas e Energia. O de transporte e mobilidade urbana abordará os sistemas modais de transporte interestadual de cargas e passageiros e transporte público urbano (o que inclui o transporte de cargas e transporte público de passageiros) e será monitorado pelo Ministérios dos Transportes e das Cidades.

O Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC) foi criado pelo Decreto nº 3.515, de 20 de junho de 2000, e tem por objetivo conscientizar e mobilizar a sociedade para a discussão e tomada de posição sobre os problemas decorrentes da mudança do clima por gases do efeito estufa. A Lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) determina que o FBMC acompanhe a implantação das ações de redução de gases de efeito estufa estimadas para o Brasil, bem como desempenhe papel central no processo de revisão do Plano Nacional sobre Mudança do Clima e seus planos setoriais. O colegiado é presidido pela presidenta Dilma Rousseff e tem como secretário-executivo Luiz Pinguelli Rosa.

País reduz em 39% emissões de gases de efeito-estufa. Herton Escobar – O Estado de São Paulo, Notícias Gerais. 06/06/2013

As emissões brasileiras de gases do efeito-estufa caíram 39% entre 2005 e 2010, graças à redução no desmatamento da Amazônia, segundo os dados do novo inventário nacional, divulgado nesta quarta-feira em Brasília. Com isso, o País já cumpriu 65% de sua meta voluntária de redução de emissão de gases relacionados ao aquecimento global, estabelecida para 2020.

Em números absolutos, o Brasil emitiu 1,25 bilhão de toneladas de CO2 equivalente (medida que combina todos os gases em uma única conta) em 2010, comparado a 2,03 bilhões de toneladas em 2005. Toda essa redução deve-se, essencialmente, ao combate do desmatamento na Amazônia, que nos mesmos cinco anos caiu 63%. Em todos os outros setores, as emissões do País cresceram: energia (21,4%), indústria (5,3%), agropecuária (5,2%) e tratamento de resíduos (16,4%). Excluindo as florestas da conta como um todo, as emissões do País no período aumentaram 12%.

"Os números marcam claramente uma mudança no perfil de emissões do Brasil, que passa a ter menos cara de país tropical e fica com mais cara de país industrializado", avaliou Guarany Osório, do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas.

Segundo ele, a competitividade que o Brasil tinha de poder reduzir suas emissões simplesmente pela redução do desmatamento está próxima de acabar, o que exigirá mais investimento em ciência, tecnologia e parcerias com o setor privado para diminuir emissões também nas outras áreas.

O pesquisador Carlos Nobre, secretário de Políticas e Programas de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), fez uma análise bastante positiva dos números, ressaltando que o crescimento registrado nos setores de energia e agropecuária ficou abaixo do que era projetado para o período. "Não vejo pontos preocupantes", afirmou.

Segundo Nobre, a produção agrícola do País cresceu muito mais do que as emissões do setor, o que significa que, proporcionalmente, a "intensidade de carbono" da atividade

diminuiu. O mesmo ocorreu no setor energético, com o aumento do uso de fontes renováveis.

Um ponto que merece atenção, segundo o engenheiro florestal Tasso Azevedo, consultor na área de clima e florestas, é o fato de o governo ter considerado na conta as emissões "líquidas" - descontando o dióxido de carbono que é absorvido naturalmente pelas florestas. "Sem isso há uma diferença considerável; as emissões passam de 1,5 bilhão de toneladas (em vez de 1,25 bilhão)", calcula. (Colaborou Giovana Girardi). As informações são do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica deve ser lançado em junho – Site do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). 06/06/2013

Durante entrevista ao Programa Conexão Ciência, coordenador de Agroecologia do Mapa defendeu adesão do produtor à práticas sustentáveis

O coordenador de Agroecologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Rogério Dias, participou do Programa Conexão Ciência da TV NBR e falou sobre o sistema orgânico de produção. Segundo ele, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica deve ser lançado ainda este mês pelo Governo Federal.

A produção orgânica vegetal e animal se caracteriza pelo uso responsável dos recursos naturais. Durante o processo não se utilizam agrotóxicos, adubos químicos ou substâncias sintéticas. Rogério Dias explica que o objetivo é produzir em parceria com a natureza e não contra a natureza. “Dentro da agroecologia existe uma visão do completo, da paisagem, do espaço em que estou. O que se deseja é que o produtor incorpore gradativamente as práticas nesse processo, que a gente chama de transição agroecológica”, salientou.

Sobre o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, Dias fala que vários atores do governo estarão envolvidos para preparar as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), instituída em agosto de 2012 pela Presidência da República. “São dez ministérios, mais as vinculadas como a Conab e Embrapa. Cada um dentro dos seus espaços de atuação. As ações do governo precisam estar integradas”, disse.

Para ele, é preciso um conjunto de medidas, de curto, médio e longo prazo. “A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica é uma forma do Governo mostrar que reconhece a importância do desenvolvimento sustentável no país. Estamos nos preparando para lançar em junho o primeiro plano nacional, que deixará claro quais são as iniciativas, o que vai ser feito, quem vai fazer, quanto dinheiro vai ser disponibilizado e quais são as metas para que a sociedade possa cobrar”, ressaltou.

Cepal faz reunião no Chile – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 07/06/2013

Brasil apresentará políticas públicas adotadas no país e os avanços para a mitigação da mudança do clima nos diversos setores da atividade econômica

As políticas públicas adotadas pelo Brasil e os avanços para a mitigação da mudança do clima nos diversos setores da atividade econômica serão apresentados pelo secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Carlos Klink, durante o V Seminário Internacional sobre Pegada de Carbono - Práticas públicas e privadas para reduzir a pegada ambiental no comércio internacional, de 12 a 15 deste mês, em Santiago, no Chile.

Organizado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), o evento promoverá discussões sobre os padrões de sustentabilidade ambiental adotados nos países industrializados e em desenvolvimento, especificamente para as empresas do setor agroexportador, para fins de cálculo e redução das emissões de carbono.

Para o secretário, a participação no evento propiciará o aprofundamento dessas discussões com o mais alto nível da instituição. “A Cepal tem tido importante papel na discussão do tema mudança do clima entre os países da América Latina e Caribe”, destacou Carlos Klink. Durante sua estada em Santiago, Klink terá reuniões com dirigentes do organismo com o intuito de explorar oportunidades de cooperação para o governo brasileiro na área de mudança do clima.

NE terá zoneamento ecológico. Sophia Gebrim – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 07/06/2013

Trata-se de instrumento de ordenamento territorial que busca orientar a ocupação do solo de acordo com as normas ambientais

Os nove estados da região Nordeste, 38 municípios de Minas Gerais e um do Espírito Santo podem apresentar, até o dia 3 de julho, propostas de Zoneamento Ecológico-Econômico, instrumento de ordenamento territorial que busca orientar a ocupação do solo de acordo com as normas ambientais. As iniciativas para promoção dos estudos receberão fomento da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) no valor de R\$1,2 milhão e apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Os projetos devem contemplar beneficiários e público-alvo, agentes de planejamento e gestão ambiental (locais, regionais, nacionais) e agentes econômicos e sociais (segmentos produtivos, agências de controle e de fomento, investidores, trabalhadores). Além disso, as propostas devem enfatizar a delimitação e a caracterização física, socioeconômica e ambiental das áreas apoiadas pela iniciativa.

Brasil das copas sustentáveis. Lucienne de Assis – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 07/06/2013

MMA e governo de Minas concluem plano para reduzir emissões de gases em megaeventos

O governo de Minas Gerais divulgou, nesta quinta-feira (06/06), em Belo Horizonte, o Plano de Redução e Compensação das Emissões de Gases de Efeito Estufa Estimadas para os jogos da Copa das Confederações da Fifa em 2013 e a Copa do Mundo de 2014, no estado. Este é o primeiro plano desta natureza já concluído no país e resulta da parceria firmada com o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O plano foi elaborado para apresentar medidas de redução e compensação dessas emissões e é uma resposta do governo estadual e da prefeitura de Belo Horizonte, com base no estudo da pegada de carbono. Trata-se de uma estimativa total dos gases de efeito estufa para os dois eventos, com apoio do Projeto Pegada de Carbono do Brasil para a Copa do Mundo de 2014, firmado entre o MMA e a Embaixada do Reino Unido, encerrado em março deste ano.

O projeto visa apoiar o Núcleo Temático sobre Mudança do Clima no âmbito da Copa do Mundo de 2014 e a tomada de decisão para a redução de emissões de GEE destes e de outros grandes eventos. De acordo com a analista ambiental da Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais, Cibele Mally de Souza, os estudos identificaram um montante de aproximadamente 805 mil toneladas de CO₂ equivalente (uma unidade que contabiliza todos os GEE do Protocolo de Kyoto). Mas, desse total, apenas 9% são de responsabilidade direta do governo de Minas e da prefeitura de Belo Horizonte, tendo de reduzir os impactos dentro desse percentual, esclarece Cibele de Souza.

SUSTENTABILIDADE

Planos idênticos ao de Minas Gerais estão em curso em todos os estados que sediarão jogos das duas copas, incluindo do Distrito Federal. A diretora da Secretaria de Mudança do Clima e Qualidade Ambiental (SMCQ) do MMA, Karen Silverwood-Cope, explica que todas as cidades-sede terão apoio do governo federal para elaborar seus inventários, planos de mitigação e compensação. E o prazo para entrega do relatório nacional consolidado ao MMA é o final do próximo ano.

A eficácia da realização do plano, explica Cibele de Souza, proporcionará um legado sustentável para megaeventos futuros no estado mineiro. As metas propostas são de reduzir 20% e compensar o restante das emissões próprias dos governos estadual e municipal. Somadas essas reduções àquelas já ocorridas com a construção sustentável do estádio do Mineirão, estima-se alcançar uma diminuição de cerca de 30% a 40% do total de emissões próprias de gases de efeito estufa previstas inicialmente.

ECONOMIA AMBIENTAL

O plano mineiro relaciona algumas propostas de redução de GEE, como a realização de compras públicas de baixo carbono; certificação, pela prefeitura de Belo Horizonte, de hotéis que usam critérios sustentáveis para economizar água e energia, por exemplo; gestão de resíduos para os dois eventos da Fifa; redução da pegada de carbono associada à estadia dos espectadores; parceria com a Fifa para entrega de produtos e processos verdes por parte dos fornecedores oficiais do evento e mecanismos de compensação de emissões, tais como reduções certificadas de emissões no âmbito do Protocolo de Kyoto, reduções certificadas de emissões em mercados voluntários internacionalmente reconhecidos e consolidados e nos programas próprios do governo mineiro e da prefeitura da capital, além de pagamentos por serviços ambientais.

O governo espera que eventos de baixo carbono dessa proporção gere impactos positivos nas experiências dos participantes, com o bom funcionamento do sistema de transporte público, por exemplo; demonstre liderança em questões ambientais globais, ao estabelecer objetivos de redução de emissões de GEE com base nas melhores práticas internacionais; economize recursos financeiros ao reduzir os custos da disposição de resíduos e gastos com energia, água e materiais; atenda às expectativas locais e internacionais; gere legados sustentáveis, sensibilizando os participantes, gerando mudanças de comportamento dos atores relevantes e, principalmente, consolide a inserção da variável socioambiental nas compras públicas e projetos de infraestrutura que serão utilizadas após os eventos, entre outros aspectos relevantes.

Melhores práticas sustentáveis. Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 10/06/2013

MMA lança quinta edição do prêmio que reconhece iniciativas inovadoras da gestão socioambiental da administração pública

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) instituiu nesta segunda-feira (10/06) a 5ª edição do concurso “Melhores Práticas de Sustentabilidade (Prêmio A3P). O objetivo é destacar as melhores iniciativas dos órgãos do setor público que promovem a sustentabilidade ambiental.

“O prêmio também serve de estímulo para que mais órgãos possam implementar iniciativas inovadoras na gestão socioambiental”, afirma a coordenadora substituta da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do MMA, Mônica Rocha. “Essas ações contribuem para a melhoria do ambiente organizacional e do meio ambiente: todos saem ganhando”.

A premiação busca, ainda, encorajar e recompensar as instituições que possuem compromisso com a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Trata-se de um programa que incentiva ações sustentáveis no cotidiano das instituições públicas. Atitudes como imprimir nos dois lados da folha, apagar a luz ao sair do ambiente, realizar compras públicas sustentáveis que priorizem critérios ambientais, dentre outras, exemplificam possíveis mudanças no ambiente de trabalho.

COMO PARTICIPAR

O prêmio é dividido em quatro categorias: Gestão de resíduos, Uso ou manejo sustentável de recursos naturais, Inovação na gestão pública e Destaque da Rede A3P. O regulamento foi publicado no Diário Oficial da União (DOU), na portaria nº 202, desta segunda-feira (confira aqui).

Podem participar órgãos e entidades públicas que possuam termo de adesão vigente da A3P ou que estão inseridas da Rede A3P, que promove o compartilhamento de experiências, ou mesmo sem o termo de adesão. Neste caso, os candidatos só podem concorrer na quarta categoria - Destaque da Rede A3P. As instituições devem apresentar resultados concretos qualitativos ou quantitativos de que executam as ações da categoria escolhida. Serão feitas vistorias para verificação.

As inscrições estarão abertas a partir do dia 15 deste mês até 15 de setembro. É necessário preencher uma ficha de inscrição e um relatório da iniciativa no site da A3P (veja aqui). Receberão certificados e troféus os três primeiros colocados de cada categoria. A quarta edição do prêmio teve 74 projetos inscritos.

EPE: Modelo de hidrelétrica deve considerar ambiente. André Magnabosco – O Estado de São Paulo, Economia. 11/06/2013

SÃO PAULO - A declaração favorável da presidente Dilma Rousseff a projetos de usinas hidrelétricas com grandes reservatórios voltou a colocar o tema no centro das discussões do setor elétrico. Nesta manhã, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Mauricio Tolmasquim, destacou a importância desse modelo de projetos, mas ponderou que não há usinas com grandes reservatórios estudadas neste momento.

"Em função das dificuldades enfrentadas por esses projetos, temos adotado uma abordagem mais realista, de tentar conciliar a questão socioambiental", afirmou Tolmasquim, após lembrar invasões ocorridas em projetos de usinas que não contaram com grandes reservatórios. "Nossa estratégia tem sido ao máximo de buscar ponto de convergência para achar uma solução", complementou.

Questionado sobre a posição da presidente Dilma, Tolmasquim destacou que os projetos não podem ser estabelecidos apenas pela decisão do governo federal. "Estamos em um país democrático, e falamos de uma questão que passa pela vontade da sociedade como um todo", ponderou. Mais cedo, em palestra, Tolmasquim destacou a importância de projetos abastecidos por grandes reservatórios.

Eólicas

Tolmasquim, que participou hoje do seminário Sustentabilidade - Do Brasil de 2013 para o Brasil de 2050, também comentou sobre o êxito do próximo leilão de energia

elétrica de Reserva de 2013, a ser realizado em agosto. O certame recebeu a inscrição de 655 projetos de parques eólicos, com capacidade instalada de 16.040 MW.

"A expectativa é a melhor possível. Temos conseguido conciliar o uso da energia renovável, a tarifa baixa (da energia) e os interesses dos investidores", ressaltou. Tolmasquim preferiu não fazer uma projeção sobre preço de leilões.

Governo aprova Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 12/06/2013

Em 7 de junho, foi aprovado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), que é o principal instrumento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), instituída pelo decreto presidencial nº 7.794/2012, em agosto de 2012.

O objetivo da PNAPO é integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. Suas diretrizes envolvem a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, a promoção do uso sustentável dos recursos naturais, a conservação dos ecossistemas naturais, a promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção e a valorização da agrobiodiversidade, dentre outros.

O PLANAPO concretiza o anúncio feito pela presidenta Dilma no último dia da Marcha das Margaridas, em agosto de 2011, que dizia: “Criação de um grupo especial de trabalho, com a participação de segmentos sociais e das organizações de mulheres para elaborar o Programa nacional de Agroecologia”. Ele foi construído conjuntamente pela âmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) e por representantes da sociedade civil que formam a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO, da qual a CONTAG) e é orientado por 4 eixos: Produção; e Conservação de Recursos Naturais; Conhecimento; e Comercialização e Consumo.

As ações voltadas para mulheres e jovens são transversais em todos os eixos do plano, tendo como base: a ampliação da participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica; e a contribuição da redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres.

Segundo Alessandra Lunas, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, o PLANAPO firma o compromisso do governo e garante mais apoio à produção da agricultura familiar com sustentabilidade. “Ele é importante porque fortalece o debate sobre a segurança e soberania alimentar e nutricional com alimentos saudáveis, que é um debate político que sempre esteve na nossa agenda.”

Uma das metas do PLANAPO é disponibilizar R\$ 655 milhões em segurança hídrica para produção nas unidades de produção familiar, à agroindustrialização e acesso a mercados e para o fortalecimento das dinâmicas sociais e de redes. Espera-se também promover, ampliar e desenvolver iniciativas que contribuam para a redução do uso de agrotóxicos e aplicar R\$ 3,4 milhões em ações de fortalecimento à organização da produção orgânica e de base agroecológica no Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais. Outra meta é fortalecer a autonomia e emancipação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica, promovendo sua permanência e a sucessão no campo.

Estiveram presentes no ato de aprovação os ministros Gilberto Carvalho (da Secretaria Geral da Presidência da República), Pepe Vargas (Desenvolvimento Agrário), Izabella Teixeira (Meio Ambiente), os Secretários Executivos do Ministério da Agricultura, José Geraldo Fontelles, e do Ministério da Pesca e Aquicultura, Átila Maia da Rocha, além de representantes dos demais ministérios que compõem a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica - Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia, Fazenda e Desenvolvimento Social.

A expectativa é que o lançamento do PLANAPO seja até o início de julho, com a presença da presidenta Dilma Rousseff.

Debate aborda os caminhos para uma produção sustentável no bioma Mata Atlântica – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 13/06/2013

Para discutir a importância da manutenção de uma agricultura familiar sustentável foi realizado, na tarde de hoje (13), o painel Produção familiar de baixo carbono no bioma Mata Atlântica, como parte da programação do seminário “Caminhos para uma agricultura familiar sob bases ecológicas: produzindo com baixa emissão de carbono”.

O debate reuniu pesquisadores com conhecimento técnico e multidisciplinar para abordar a diversidade do tema e propor alternativas para uma agricultura familiar com diminuição da emissão de carbono. A mesa teve mediação de Roberto Nascimento, diretor do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/ MDA) e Secretário Executivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf).

Vanderley Porfirio da Silva, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Florestas, apresentou o tema com foco no sistema silvipastoril, que integra o cultivo de árvores, pastagens e gado para diminuir a emissão de carbono derivada da criação bovina, através do uso de florestas. Segundo o pesquisador, no bioma da Mata Atlântica 99% dos estabelecimentos da agricultura familiar têm bovinos. “Sabemos que 80% dos bovinos da agricultura familiar e 50% dos estabelecimentos da agricultura familiar estão nesse bioma. Temos desafios para uma transição produtiva e creio que os maiores gargalos são relacionados à capacitação e assistência técnica continuada”, acrescentou.

O pesquisador Paulo Kageyama, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/ USP), apresentou alguns projetos de pesquisa sobre agrossistemas desenvolvidos na instituição, e discorreu sobre alternativas e caminhos para o desenvolvimento sustentável do meio rural, bem como atividades de produção nele desenvolvidas pela agricultura familiar. De acordo com Kageyama, a capacitação dos agricultores familiares é imprescindível para que eles se apropriem das tecnologias disponíveis e tenham recursos para operar uma agricultura familiar com diminuição da emissão de gás de efeito estufa. “É preciso que as universidades e instituições de pesquisa se voltem para o segmento familiar de agricultores”, destacou.

Também participaram das discussões a professora Sonia Bergamasco, da Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas (Feagri/ Unicamp), e o presidente do Instituto Floresta Viva, Rui Rocha.

O Seminário “Caminhos para uma Agricultura familiar sob bases ecológicas: produzindo com baixa emissão de carbono” acontece até amanhã (14) no auditório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). Os painéis desta sexta-feira terão como foco os biomas do Cerrado e da Caatinga. O evento é promovido pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), em parceria com o Incra e o MDA, por meio do NEAD e da Secretaria de Agricultura Familiar.

Agricultura familiar sustentável é tema de seminário no Incra – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 13/06/2013

O presidente do Incra, Carlos Guedes, reafirmou na manhã desta quinta-feira (13), durante a abertura do seminário "Caminhos para uma Agricultura Familiar sob Bases Ecológicas", o compromisso do órgão com consolidação de um projeto de agricultura familiar e de reforma agrária ecologicamente sustentável e relevante para o desenvolvimento do país. O seminário que acontece na sede do Incra, em Brasília, até esta sexta-feira (14), tem o objetivo de produzir informações que levem a construção de estratégias para redução de emissões de carbono na agricultura familiar.

O presidente do Incra adiantou algumas ações que serão desenvolvidas em parceria com órgãos como a Embrapa e o Ministério do Meio Ambiente. A integração da base de dados do Incra com estes órgãos pode acontecer já no segundo semestre. O objetivo é levar uma informação qualificada à sociedade brasileira. O Instituto possui cadastrado em sua base de dados 200 milhões de hectares o que equivale a dois terços das terras agrícolas do país. "Com a integração desses dados reforçaremos a governança fundiária possibilitando que o Brasil conheça sua realidade", disse o presidente.

Guedes frisou a importância da consolidação de ações positivas de conservação ambiental e produção sustentável, respeitando a realidade de cada região do país. Ele anunciou também que o Incra está empenhado na recuperação dos passivos ambientais detectados em alguns assentamentos. "Estamos mapeando as áreas onde aconteceram

desmatamentos depois de 2008 e vamos investir recursos do próprio Inca na recuperação ambiental destes locais", anunciou.

Além do Inca participam do seminário a Embrapa, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), a Contag, e outras entidades governamentais e não-governamentais.

Alimentos saudáveis e sustentáveis. Sarah Monteiro – O Globo, Rio. 14/06/2013

De projeto social com agricultores familiares da Zona Oeste surgiu um restaurante natural

RIO - Em 2011, Silvia Gadelha, empresária do ramo alimentício, iniciou o projeto Agricultura Viva, com a gestão da ONG Árvore da Vida, em Pedra de Guaratiba. A ideia era auxiliar os agricultores familiares da Zona Oeste a aumentar sua renda e escoar a produção para escolas e restaurantes da região. Como modelo, a empresária resolveu investir em um negócio próprio e sustentável. Nasceu, em setembro de 2011, o restaurante Viva Orgânicos Juice Bar, a primeira lanchonete do tipo na região das Vargens.

O estabelecimento utiliza insumos da agricultura familiar local, oferecidos por cooperativas ou agricultores individuais da região. Os orgânicos são priorizados. O cardápio semanal varia entre sucos, shakes, pratos vegetarianos e vegans. Tudo saudável e natural. Todo o material usado é biodegradável. Um exemplo são os copos feitos a partir do milho.

— O Viva Orgânicos Juice Bar é a primeira lanchonete fruto do projeto social Agricultura Viva, da ONG Árvore da Vida. Pelo programa da organização, o agricultor familiar poderá receber apoio para a conversão de sua plantação para o sistema orgânico, com ajuda de técnicos voluntários, encaminhamento da produção para pontos de vendas e apoio técnico para a obtenção de um selo que o coloca no mercado como produtor orgânico, aumentando a sua renda. Minha ideia era montar um modelo para ser seguido por outros restaurantes — explica Silvia.

A empresária pretende participar, ao lado de outros restaurantes, do Festival Gastronômico da Zona Oeste, marcado para julho. O objetivo é reunir estabelecimentos que utilizam em seu cardápio alimentos gerados pela agricultura familiar orgânica da região. A lanchonete fica na Avenida das Américas 20.059 e está aberta de segunda a sexta, das 9h às 18h, e, sábado e domingo, das 10h às 17h. Telefone: 3401-0106.

Ceplac lança produto sustentável para combater vassoura-de-bruxa – Site do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). 16/06/2013

Serão distribuídas 10,24 toneladas do biofungicida aos produtores indicados pelos técnicos da Ceplac

O primeiro fungicida biológico para lavouras de cacau, o Tricovab, foi lançado como produto comercial neste domingo, 16 de junho, em Itabuna (BA), pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Ceplac/Mapa). O lançamento foi feito durante o evento de comemoração ao Dia Internacional do Cacau e contou com a participação de 400 pessoas, entre autoridades e produtores.

O controle biológico da doença conhecida como vassoura-de-bruxa, que afeta plantações de cacau baianas há pelo menos 24 anos, foi desenvolvido a partir de pesquisas dos engenheiros agrônomos da Ceplac, Cleber Novais Bastos e João de Cássia de Bomfim Costa, que identificaram potencial no fungo *Trichoderma stromaticum* para combater ao *Moniliophthora perniciosa*, que provoca a doença. Nos testes em campo, foram alcançados resultados de até 97% de eficácia contra o fungo em tecido morto. Em matéria viva, nos galhos e frutos do cacaueiro, a taxa é de aproximadamente 56%.

O estoque atual a ser distribuído é de 10,24 toneladas do biofungicida aos produtores indicados pelos técnicos da Ceplac. Ao todo, o produto será utilizado em 640 propriedades (dois hectares por fazenda) em 30 municípios baianos. Para a produção em escala industrial que atenda à demanda dos produtores, será lançado um edital.

O Tricovab está sendo testado há quase dez anos por técnicos da Ceplac, que monitoram 473,6 mil hectares infestados pela praga na Bahia. Do total, 150 mil hectares já estão sendo recuperados pela introdução de clones e manejo adequado do solo.

Durante a solenidade, os palestrantes comemoraram a importância do lançamento do produto e lembraram as demais demandas necessárias para alavancar a cadeia produtiva do cacau. Segundo o diretor geral da Ceplac, Helinton Rocha, são muitos os desafios das iniciativas públicas e privadas para o segmento, mas o lançamento do produto deve ser comemorado como um marco importante para a recuperação da cultura. “A cacauicultura moderna passa pela estruturação de uma política agrícola que fortaleça uma produção mundialmente competitiva, eficiente, estável do ponto de vista ambiental, social e econômica, com partição de benefícios aos demais elos da cadeia”, afirmou.

Já o superintendente da Ceplac na Bahia, Juvenal Maynard, ressaltou a importância do lançamento do produto para a recuperação da cacauicultura brasileira, especialmente no estado. “Deixamos a partir de hoje um legado para a história no aspecto de ciência e extensão, passando agora ao mercado a função de produtor mercantil, o que não é papel do estado”.

A produção de cacau no sul da Bahia já foi responsável por 60% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado até meados da década de 1980. No entanto, com a chegada da vassoura-de-bruxa, a cacauicultura baiana declinou. Em apenas cinco anos, a produção caiu de 460 mil toneladas para 120 mil toneladas por safra. Muitos produtores abandonaram as plantações, resultando em uma migração massiva de trabalhadores

rurais para as áreas urbanas. Somente entre 1989 e 1994 foram extintos 250 mil postos de trabalho na região.

Saiba mais

Para que sejam obtidos os melhores resultados no controle biológico da vassoura-de-bruxa, os produtores deverão seguir as orientações de manejo repassadas pela Ceplac. Há recomendações específicas de épocas ideais do ano, além de condições climáticas no momento da aplicação, para que a taxa de eficácia seja a mais alta possível.

A ação do Tricovab se dará a partir da aplicação direta do produto na plantação. Quando em contato com as condições ideais, ele deverá se reproduzir e lançar esporos pelo ar, combatendo o fungo causador da doença. Além da ação efetiva, os produtores poderão reduzir o uso de produtos químicos no controle da doença, preservando o meio ambiente e prolongando a longevidade dos cacauzeiros.

Desmatamento volta a aumentar na Amazônia Legal. Cleide Carvalho – O Globo, País. 17/06/2013

Levantamento feito pelo Imazon mostra 1.654 km² de perda florestal entre agosto de 2012 e maio de 2013

Pará e Mato Grosso tiveram a maior área desmatada

Maioria do desmatamento ocorreu em terras devolutas da União, propriedades particulares e ocupadas por posseiros

SÃO PAULO - O desmatamento voltou a aumentar na Amazônia Legal. A constatação foi feita pelo instituto Imazon, que acompanha a perda florestal com base nas imagens de satélite SAD. Entre agosto de 2012 e maio de 2013 foram desmatados 1.654 quilômetros quadrados, 89% acima do período anterior.

O estado que mais desmatou foi o Pará, que responde por 41% do total (674 km²), seguido por Mato Grosso (532 km²), Rondônia (226 km²), Amazonas (171 km²) e Tocantins (74 km²). Nestes cinco estados, a tendência foi de aumento de perda florestal e chama atenção o Amazonas, onde o percentual chegou a 140%. Em Roraima (13 km²) e no Acre (14 km²), a tendência foi de redução em relação ao período anterior. Os dados do Maranhão não foram observados.

Apenas no mês de maio, foram abaixo florestas nativas numa área de 84 m m², Segundo o Imazon, o desmatamento atingiu principalmente terras devolutas da União, ocupadas por posseiros ou que pertencem a particulares. Os assentamentos de reforma agrária responderam por 10,5% do total. As terras indígenas por 3,5% e as unidades de conservação por 1%.

No caso dos assentamentos, a retirada de florestas foi observada nos projetos Lajes, em Machadinho do Oeste; Tapurah/Itanhangá, em Itanhangá; e Esperança, em Altamira, todos no Pará.

Por município, as maiores áreas desflorestadas estão no município de Itaituba e Trairão, no Pará - no primeiro há atividade intensa de garimpo de ouro. Oito dos 10 municípios que mais desmataram, porém, estão no Mato Grosso: Nova Maringá, Marcelândia, Porto dos Gaúchos, Juína, Santa Rita do Trivelato, Rondolândia, Nova Mutum e Apiacás.

Além do desmatamento por corte raso, que elimina florestas inteiras, há ainda a degradação florestal, que é a retirada de árvores de madeira nobre ou provocada por queimadas. Em maio, a área degradada pela atividade madeireira na Amazônia Legal foi de 74,5 km².

Devido a cobertura de nuvens, áreas relevantes deixaram de ser observadas pelo satélite: 49% do território do Pará, 78% de Roraima e 72% do Amapá. Por este motivo, o Imazon informa que o desmatamento pode estar subestimado.

Pepe Vargas defende integração de políticas para desenvolvimento territorial – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 18/06/2013

Um dos maiores desafios do governo federal é o de promover a integração de todas as políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento da política territorial do País. É nisso que estão empenhados vários órgãos do governo. Ou seja, levar as informações a todos os envolvidos nesse processo para chegar a uma política de desenvolvimento rural, com recorte territorial, além das políticas agrícolas tradicionais.

É justamente o que falou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, nesta terça-feira (18), na abertura do 2º Seminário de Capacitação de Articuladores Territoriais e Estaduais. O evento, que prossegue até sexta-feira (21), é promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) e ocorre no auditório do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), em Brasília.

Segundo o ministro, outra preocupação do governo é a de uma articulação federativa mais ativa e descentralizada em torno das políticas, independentemente de vínculos ideológicos ou partidários. “A redemocratização do País, pela qual lutamos, implica disputas políticas regionais abertas. Mas cabe a nós envolvermos todos os prefeitos e governadores na participação dessas discussões, para podermos avançar”, ressaltou Pepe Vargas.

Em relação à participação social, o ministro afirmou que não basta o governo ouvir os movimentos e a sociedade em relação às políticas públicas. “É preciso, também, discutir com a população a construção desse processo”, acrescentou.

Agenda

A secretária da SDT, Andrea Butto, destacou que o seminário de capacitação discute não apenas a política de desenvolvimento territorial, mas, em particular, a agenda estratégica do 2º semestre, que inclui os debates e a implementação do Programa Território da Cidadania, dentre outros eventos. Cerca de 200 pessoas participam da conferência de capacitação, incluindo representantes das Superintendências do Incra e das Delegacias Federais do MDA, além de outras áreas do MPOG.

Além de Pepe Vargas e Andrea Butto, a sessão de abertura contou com a presença do assessor da Casa Civil da Presidência da República, Juliano Pimentel; e de Leandro Costa, da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, do Ministério do Planejamento (SPI/MPOG).

Expansão econômica ainda é rival da proteção ambiental, dizem especialistas – Folha de São Paulo, Deutsche Welle. 18/06/2013

DA "DEUTSCHE WELLE"

A Alemanha busca uma transformação em sua matriz energética e quer alimentar o país a partir de fontes renováveis como sol, vento e a força da água. Muitos entendem que esse é um importante passo para um estilo de vida mais sustentável.

Karl-Heinz Paqué pensa diferente. "Mesmo que a Alemanha desenvolva programas adequados, o efeito global é praticamente nulo. Somos pequenos demais para isso", afirma o professor de Economia da Universidade de Magdeburg.

Para ele, decisivo é o que se passa nos países de economia emergente, que representam praticamente dois terços de toda a população mundial.

Os emergentes parecem seguir a mesma trajetória dos países europeus que, durante séculos, se preocuparam com o crescimento econômico e com a prosperidade antes de colocarem o meio ambiente no centro das atenções.

"A prioridade em proteger o meio ambiente é algo que vem com a prosperidade", afirma Paqué. "Para nós (europeus), isso começou na década de 1970, não antes. Na China, está começando agora. Na Índia, ainda vai demorar um pouco", prevê.

O RETORNO DO CARVÃO

Esses mesmos países que figuram como economias prósperas e que caminham em busca de sustentabilidade vivem momentos de nervosismo. Isso porque uma fonte de energia considerada especialmente suja entre os europeus tem tido um papel importante no crescimento mundial.

"O carvão está diante do maior renascimento da história da indústria", afirma Ottmar Edenhofer, do Instituto de Pesquisa dos Impactos do Clima, em Potsdam.

Nos anos de 1990, muitos países substituíram o carvão pelo gás. Mas especialistas observam o retorno do carvão como uma alternativa "inacreditavelmente competitiva", explica Edenhofer.

"Principalmente o crescimento econômico da China foi muito impulsionado pelo carvão barato. O mesmo acontece na Índia, África do Sul e outros países do Leste Europeu".

A queima do carvão e de outros combustíveis fósseis libera gás carbônico, que prejudica a atmosfera e agrava o quadro das mudanças climáticas. Se os países não fizerem nada, a temperatura média anual pode subir até 5,3 graus até o final do século, trazendo conseqüências devastadoras ao ambiente, disse recentemente a Agencia Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês).

No entanto, todas as negociações em torno de um acordo mundial de proteção ao clima falharam até agora. Não importa se a negociação envolve a tentativa de limitar a emissão de gases do efeito estufa ou a negociação de créditos de carbono: os interesses particulares de cada país são diferentes demais para permitir um acordo.

DESVALORIZAÇÃO DO CARVÃO

"Um acordo climático global significaria, no mínimo, o uso de menos carvão e petróleo", explica Carl Christian von Weizsäcker, do Instituto Max Planck de Pesquisa em Bens Coletivos de Bonn, na Alemanha. Para países com grandes reservas de combustíveis fósseis, isso seria um problema. "Um acordo implicaria na queda do preço dos recursos naturais desses países. Isso complica ainda mais a chegada a um consenso."

Além disso, há quem mude de posição durante as negociações. O Quênia, Uganda e Moçambique, por exemplo, descobriram novas reservas de petróleo e gás. No Canadá, a exploração do óleo em areias betuminosas mostrou-se rentável. Essa situação fez com que esses países praticamente perdessem o interesse em um acordo climático, já que limitar a poluição reduziria o valor de seus recursos naturais.

Depois do fracasso da Conferência do Clima em Copenhague, em 2009, especialistas avaliam que as chances de um novo acordo em curto prazo são muito pequenas. Menos provável ainda é que os países concordem em frear seu ritmo de crescimento. O sonho de uma vida plena sem crescimento econômico é difundido por movimentos ambientalistas em países industrializados do Ocidente.

É MELHOR PARAR DE CRESCER?

Em termos globais, o crescimento zero não é uma opção viável.

"Essas diferenças enormes, como as vistas entre África e a Europa ou entre a África e a América são completamente inaceitáveis", afirma Ottomar Edenhofer, de Potsdam.

Ele tem um exemplo calculado. "Os Estados Unidos precisariam reduzir sua renda per capita em 80% para que, na África, as pessoas tivessem um padrão de vida aproximado ao da América Latina. Os conflitos sociais seriam imensos."

Uma restrição consciente do crescimento estaria fora de cogitação, assim como diretrizes globais para a proteção do clima. Esforços regionais, como as negociações europeias dos créditos de carbono, não funcionam ou são insuficientes. É por isso que a maior parte das pessoas vê o mundo caminhando para um abismo.

Mas o professor de economia Karl-Heinz Paqué não acredita nesses prognósticos. Para ele, previsões confiáveis sobre o futuro não são confiáveis.

"Imagine que se em 1913, há 100 anos, nós tivéssemos uma previsão do desenvolvimento mundial feito com base nos padrões tecnológicos daquela época", compara Paqué. "O que aconteceu desde então, em apenas três gerações, estaria completamente além da nossa imaginação. Por isso mesmo precisamos ser cuidadosos com as nossas previsões", alega.

Em outras palavras: não é preciso entrar em pânico. A humanidade pode ainda encontrar uma saída. Resta torcer para que Paqué não esteja errado em suas próprias previsões.

Aviso de pauta - MDA promove Conferência Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário no Pontal do Paranapanema/SP – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/06/2013

A Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em São Paulo promove no próximo dia 21 (sexta-feira) a 2ª Conferência Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Pontal do Paranapanema. Os debates ocorrerão no município de Presidente Prudente, das 8 às 17 horas, com a expectativa de reunir mais de 200 participantes.

A Conferência Territorial do Pontal é uma das vinte conferências que antecedem a etapa estadual paulista da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS), a ser realizada na cidade de Bauru, em agosto próximo. Os participantes irão construir propostas para a elaboração ou revisão dos Planos Municipais e Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, além de eleger delegados para a Conferência Estadual.

O delegado substituto da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário em São Paulo, João Savedra, destaca a grande expectativa que cerca a Conferência do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário no Pontal. "Além da grande participação esperamos um bom nível de debates, uma vez que a região é um Território da Cidadania, com expressiva mobilização social", disse. Savedra lembra que as conferências vêm se firmando como instrumento importante para a participação da sociedade civil nas diretrizes de planos e políticas para o desenvolvimento sustentável em São Paulo e no país.

Pela metodologia do evento, o público participante deve ser paritário, com 50% de homens e 50% de mulheres, sendo que, deste universo, 20% deverá representar a juventude. Além disso, a composição dos delegados será na proporção de um terço do setor público e dois terços da sociedade civil, com ampla representatividade de agricultores familiares, assentados, ribeirinhos, indígenas, pescadores, extrativistas e comunidades tradicionais.

Pronera abre primeira especialização na Bahia para assentados da reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/06/2013

A Especialização em Agroecologia Aplicada a Agricultura Familiar, nos moldes de Residência Agrária, está com inscrições abertas até o dia nove de julho de 2013. As inscrições são gratuitas e devem ser protocoladas no campus da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), que fica entre os pólos urbanos de Ilhéus e Itabuna, a 500 quilômetros de Salvador (BA).

A pós-graduação oferece 40 vagas para graduados que sejam assentados, agricultores familiares, remanescentes de quilombos, indígenas e membros de comunidades ligadas a Mata Atlântica. Trata-se da primeira especialização na Bahia, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e do Incra/BA, em parceria com a UESC e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano).

As aulas estão previstas para começar no dia 12 de agosto, no Centro Integrado Florestan Fernandes, situado no assentamento Terra Vista, no município de Arataca, no Litoral Sul da Bahia. No local já é ministrado o curso superior de Agronomia, com ênfase em Agroecologia, fruto de uma parceria do Pronera e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Para o coordenador da Cooperativa de Produção Agropecuária Construindo o Sul (Cooprasul), do Terra Vista, Joelson Oliveira, a Especialização em Agroecologia é uma grande conquista para público da reforma agrária e de agricultores familiares baianos. "É uma oportunidade de repensar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias voltadas para a agroecologia", ressalta.

Excelência

O assentamento Terra Vista vem se tornando um centro de excelência em agroecologia e educação. A área produz até 150 mil mudas de espécies nativas da Mata Atlântica por mês, cultiva cacau orgânico certificado pelo Instituto Biodinâmico (IBD) e possui, além do Florestan Fernandes, o Centro Estadual de Educação Profissional do Campo Milton Santos (Ceepc).

Ao todo, o assentamento atende a 854 estudantes. São 654 alunos de 11 municípios que estudam no Ceepc, em cursos de ensino médio profissionalizante – das áreas de

Agroecologia, Agroextrativismo, Agroindústria, Zootecnia, Meio Ambiente e Informática. O Ceepc é mantido pelo Governo do Estado. O Florestan Fernandes, além da graduação e da especialização, abriga outros 150 alunos do Ensino Fundamental.

MDA promove conferência temática sobre agrobiodiversidade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 20/06/2013

Com o objetivo de debater o uso de transgênicos e agrotóxicos no Brasil e suas implicações para o desenvolvimento territorial rural, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) realiza, nesta quinta e sexta-feira (dias 20 e 21), a Conferência Temática sobre Agrobiodiversidade.

As propostas elaboradas neste encontro servirão para subsidiar a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS), que será realizada em outubro.

A Conferência Temática sobre Agrobiodiversidade está estruturada em cinco áreas: contaminação genética das sementes; direito de acesso ao livre uso da agrobiodiversidade; evolução no uso de agrotóxicos e dos transgênicos; participação social; e instâncias decisórias.

Pesquisa

A reunião irá articular organizações e pesquisadores envolvidos com o tema dos impactos destas novas biotecnologias sobre os seres humanos, a economia e a biodiversidade.

“É importante discutir o tema, diante das dúvidas com relação aos efeitos dos transgênicos sobre a saúde e o ambiente, dos riscos confirmados e de sua associação com o uso crescente de agrotóxicos. A 2ª CNDRSS surge como espaço privilegiado para construção deste debate, para que possamos instrumentalizar a sociedade e evitar danos socioeconômicos de grande porte”, destaca Roberto Nascimento, secretário executivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e diretor do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead).

O evento é promovido pela Comissão Organizadora Nacional do Condraf, pelo Grupo de Estudos em Agrobiodiversidade (GEA) e o Nead. A Conferência Temática acontece no hotel Nobile Lakeside Convention & Resort, em Brasília.

Programação

20/06 (quinta-feira)

17h Credenciamento.

17h30 Mesa de abertura.

18h Palestra Magna (Dr. Paulo Yoshio Kageyama).

21/06 (sexta-feira)

8h30 Reunião dos Grupos de Trabalho. 1º momento: contextualização e início da elaboração das propostas.

10h30 Coffee Break.

10h45 Grupos de Trabalho. 2º momento: elaboração das propostas.

12h30 Almoço.

13h30 Grupos de Trabalho. 3º momento: finalização da elaboração das propostas.

14h30 Coffee Break.

15h Plenária: apresentação dos resultados dos GTs, debates e definição das 10 propostas que serão encaminhadas à 2ª CNDRSS.

Economia verde fortalecida. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 24/06/2013

MMA e Pnud inauguram no Rio Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável

Governo, empresas, comunidade científica e sociedade civil trabalham juntos em favor da economia verde. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, lançou, na manhã desta segunda-feira (24/06), no Rio de Janeiro, o Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (RIO+). O espaço servirá como um mecanismo de debates e pesquisas globais, com foco nos aspectos sociais, econômicos e ambientais que fazem parte da agenda em questão.

O RIO+ foi criado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), outros organismos da ONU, terceiro setor e iniciativa privada. O investimento inicial foi de US\$ 4,5 milhões, recurso proveniente da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada no Rio de Janeiro em junho do ano passado, ocasião em que o MMA e o Pnud assinaram carta de intenções para a formação do espaço.

DIVERSIDADE

A intenção do RIO+ é identificar e difundir medidas capazes de incentivar a sustentabilidade dentro e fora do país. "Será um centro mundial com o objetivo de formular novos caminhos para o desenvolvimento sustentável, marcado pela diversidade de atores e opiniões", declarou a ministra Izabella Teixeira. "Haverá um espaço político para diálogo com a sociedade", acrescentou.

As mudanças nos padrões atuais de produção e consumo aparecem entre as principais questões que serão trabalhadas no espaço. "O desenvolvimento sustentável é um paradigma que vai permear a ação de todos", afirmou Izabella. "Desafios como a redução das emissões de gases de efeito estufa, o aumento da eficiência energética e outros tópicos estão postos no RIO+."

SEMINÁRIO

O lançamento do espaço ocorreu por meio da realização do seminário internacional "A implementação da Rio +20: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)". Além da ministra e da vice-diretora mundial do Pnud, Rebeca Grynspan, participaram do evento o coordenador do RIO+, Rômulo Paes, o diretor de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, André Correa do Lago, o secretário de Meio Ambiente do Rio, Carlos Minc, e representantes de outros organismos da ONU.

A cooperação entre os países é, segundo eles, fundamental para a promoção da sustentabilidade. "A Rio+20 foi a chave para o comprometimento dos países com a questão", defendeu Rebeca Grynspan. "As nações têm de estar conectadas e internalizar o método de visão a longo prazo."

O assessor especial das Nações Unidas e diretor do The Earth Institute, Jeffrey Sachs, elogiou a iniciativa e a rapidez com que foi criado o RIO+. "Isso mostra o papel de destaque do Brasil nas políticas ambientais", afirmou. "É possível fazer um mundo sustentável por meio do conhecimento e da inovação. O RIO+ se tornará um celeiro dessas novas tecnologias."

Inicialmente, o RIO+ funcionará nas instalações do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (COPPE), da Universidade Federal do Rio Janeiro. O espaço foi cedido por meio de acordo assinado em 6 de maio deste ano. Desde então, uma equipe de funcionários nacionais e estrangeiros trabalham no local.

Incentivo para o campo. Sophia Gebrim – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 24/06/2013

MMA destaca políticas públicas de incentivo à produção agrícola sustentável no Brasil

Políticas públicas de incentivo à produção agrícola sustentável no Brasil foram destacadas pelo secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Paulo Guilherme Cabral, na tarde desta segunda-feira (24/06), em Brasília, na abertura do Seminário Agricultura e Conservação: discussões e recomendações de políticas públicas. O encontro, promovido pela organização The Nature Conservancy (TNC), em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), reuniu especialistas da área ambiental e agrícola de entidades e governo federal para discutir os atuais mecanismos de incentivo à produção sustentável no país.

Cabral destacou sete ações, executadas de forma integrada pelo governo e sociedade, como iniciativas que avançam para garantir a produção agrícola sustentável. Segundo ele, essas iniciativas são o Programa Bolsa Verde, Programa Assentamentos Verdes, Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, Plano Nacional de Fortalecimento do Extrativismo, Plano Agricultura de Baixo Carbono (ABC), Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Programa Pecuária Sustentável. "Nos últimos dez anos

tivemos muitos avanços na área no sentido de compartilhamento de esforços para esverdear essas políticas públicas”, citou o secretário do MMA.

BOLSA VERDE

Levar a ideia do uso e conservação do meio ambiente às regiões mais distantes é o objetivo do Programa Bolsa Verde, apontado pelo secretário como resultado da integração de esforços da área social com ambiental. “Pessoas que vivem em área de preservação ambiental em locais praticamente inacessíveis, fazendo o bom uso dos recursos naturais e preservando o meio onde vivem, gerando emprego e renda, é o objetivo do programa”, disse. O Bolsa Verde faz parte do Plano Brasil Sem Miséria e remunera com R\$ 300, pagos a cada três meses, famílias que vivem em Unidades de Conservação (UCs), áreas ribeirinhas e assentamentos ambientalmente diferenciados.

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), recentemente elaborado em conjunto por governo e sociedade, também foi apontado pelo secretário como exemplo de iniciativa integrada que garante a sustentabilidade da produção agrícola. “A ação faz parte dos esforços do governo para gerar um novo ciclo que passa pelo investimento nos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e na melhoria da segurança alimentar e nutricional da população”, explicou. Segundo ele, o plano, resultado de reivindicações de movimentos sociais, vai ao encontro também do incentivo à produção orgânica e de base agroecológica e conservação, manejo e o uso sustentável dos recursos naturais.

Dilma trava novas unidades ambientais. João Carlos Magalhães –Folha de São Paulo, Poder. 24/06/2013

O governo Dilma Rousseff travou a criação de UCs (Unidades de Conservação), uma das principais ferramentas públicas para a proteção do meio ambiente do país. Em dois anos e meio de gestão, Dilma congelou uma política largamente usada por Fernando Henrique Cardoso e Lula e criou só duas áreas federais protegidas, o número mais baixo em cerca de 20 anos.

Desde a redemocratização, só um presidente decretou menos áreas do que ela -Itamar Franco, responsável por uma unidade. É uma situação similar à que ocorre na atual gestão em relação à expansão da reforma agrária e à homologação de terras indígenas.

Segundo levantamento inédito da ONG ISA (Instituto Socioambiental), há ao menos 14 processos montados pelo Instituto Chico Mendes, órgão federal responsável pelas unidades.

Metade desses processos se refere à mata atlântica, o bioma mais destruído e um dos menos protegidos do país, afirma o ISA.

Integrantes do instituto federal ouvidos pela Folha afirmam que processos como esses estão parados no Ministério do Meio Ambiente e na Casa Civil. Eles não são levados adiante por decisão política, e não técnica, dizem.

Esses funcionários afirmam que faltam força política à ministra Izabella Teixeira (Meio Ambiente) e interesse pelo tema à presidente, que desde sua passagem pelo Ministério de Minas e Energia vê nas UCs barreiras à exploração hidrelétrica e mineral do interior do país.

Há 12 categorias de unidades, com variados graus de proteção, e nem todas proíbem a construção de usinas ou o uso do subsolo. No entanto, o licenciamento ambiental de qualquer projeto em áreas de conservação é mais complexo e lento.

As UCs têm sido, junto da fiscalização, uma maneira efetiva de o governo barrar a destruição de biomas.

Um estudo de pesquisadores brasileiros e norte-americanos, por exemplo, afirma que a expansão de áreas protegidas foi responsável por 37% da queda do desmatamento da Amazônia entre 2004 e 2006.

Mas, como um relatório ainda inédito da ONG Imazon mostra, essas unidades continuam vulneráveis.

Citando dados produzidos pelo governo, o relatório diz que entre 2011 e 2012 houve um aumento total de 23% no desmatamento das dez áreas protegidas mais desmatadas.

Paulo Barreto, pesquisador do Imazon, diz que "além de não criar unidades Dilma não está cuidando das que foram criadas, ela de fato as está reduzindo", em referência à diminuição de UCs na Amazônia para criar hidrelétricas. "Ao fazer isso, ela manda uma sinalização para quem está ocupando ou tentando ocupar a área: a pressão pode levar a outras reduções."

Mais apoio para a Amazônia – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 24/06/2013

Govt garante apoio financeiro a 34 projetos de desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis, aliadas à conservação e proteção ambiental

O Fundo Amazônia e a Fundação Banco do Brasil (FBB) anunciaram na manhã desta quarta-feira (19/06) o apoio financeiro a 34 projetos de desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis, aliadas à conservação e proteção ambiental na Amazônia. Destes, 18 resultam da chamada pública de projetos produtivos sustentáveis realizada pelo Fundo Amazônia e 16 da parceria entre as duas instituições. Os programas se estendem por oito estados do bioma.

Criado em 2008, o Fundo Amazônia é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Surgiu com o objetivo de captar recursos para

investimentos não-reembolsáveis em iniciativas de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de conservação e uso sustentável da região. Entre as áreas de atuação, estão projetos como os de gestão de áreas protegidas e manejo florestal. Até agora, R\$ 400 milhões foram liberados. Metade desse valor foi destinado a projetos do terceiro setor, que apoiam iniciativas sustentáveis em benefício de populações e comunidades tradicionais e da agricultura familiar.

VERBA

Os 34 projetos englobados pela parceria somarão o investimento de cerca de R\$ 200 milhões. Do total, R\$ 100 milhões correspondem à parceria entre a FBB e o Fundo Amazônia, sendo R\$ 60 milhões provenientes do Fundo Amazônia e R\$ 40 milhões da Fundação Banco do Brasil. Destes, R\$ 15,4 milhões já foram liberados para financiar a primeira chamada da FBB, que beneficiou de 16 projetos. A estimativa é que o montante total seja empenhado ao longo de cinco anos.

Os outros 18 projetos anunciados pelo BNDES e financiados pela chamada pública do Fundo Amazônia deverão iniciar os desembolsos no segundo semestre deste ano, totalizando outros R\$ 100 milhões. O acordo que permitirá a operação da verba foi assinado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pelas instituições bancárias durante o encontro “Diálogos Governo e Sociedade Civil: Fundo Amazônia”, no Palácio do Planalto.

O objetivo é agregar valor às atividades tradicionais realizadas na Amazônia e equilibrar desenvolvimento econômico e preservação dos recursos naturais. Os projetos possibilitarão, entre outros, o apoio à extração e ao comércio de produtos como guaraná, castanha do Brasil e babaçu. Os povos indígenas, extrativistas, assentados da reforma agrária e agricultores familiares aparecem entre os beneficiados.

CATALISADOR

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, destacou a necessidade de atenção para um dos principais mecanismos de financiamento e proteção do bioma. “O Fundo é um catalisador de novas práticas e políticas na Amazônia. É preciso ter uma estratégia ambiciosa, mudar a cultura e colocar novas questões em relação ao desenvolvimento sustentável da região”, afirmou.

“O terceiro setor e a população devem participar dos esforços para conter a degradação da Floresta Amazônica”. Estamos entrando em um novo padrão de participação da sociedade, afirmou o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. “É urgente cuidar da Amazônia, da população que vive lá e condenar práticas como o garimpo ilegal e a exploração ilegal da madeira”.

Jovens discutem propostas para desenvolvimento rural sustentável e solidário – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/06/2013

Mais de 100 jovens se reúnem com representantes do poder público para organizar e planejar a participação do segmento na 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, que será realizada em outubro, pelo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). A Conferência Setorial de Juventude Rural será nos dias 26 e 27 de junho, no Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta), em Glória do Goitá (PE).

Com o tema central Emancipação e Autonomia da Juventude Rural, as discussões visam buscar a afirmação do seguimento, proporcionando a inclusão socioproductiva dos jovens agricultores. O objetivo é ampliar a participação de dos jovens nos mercados institucionais e proporcionar mecanismos que favoreçam a permanência destes no campo.

Para a assessora de Juventude do MDA, Ana Carolina Silva, a conferência setorial será um espaço privilegiado para compreender melhor o universo dos jovens brasileiros que residem e trabalham no campo. “É um grupo bem diverso. É preciso entender a pluralidade desta juventude para criar propostas e pensar políticas que incidam sobre todo o conjunto”, pontua.

Como resultado da reunião, o grupo deve elaborar um documento com 10 propostas que serão apresentadas na etapa nacional e integrarão o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Nesta edição, o seguimento conseguiu um avanço importante em relação à 1ª Conferência, realizada em 2008, com o estabelecimento de uma cota mínima de 20% de jovens em todas as delegações.

“A nossa expectativa é que possamos estar construindo uma agenda de prioridades em torno das políticas públicas, reconhecendo a diversidade dos jovens do campo, e sair com várias propostas de ações que atendam essa juventude do campo”, assinala Mazé Moraes, secretária Nacional de Jovens Trabalhadores Rural da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

A Conferência

O objetivo geral da 2ª Conferência é a construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, com indicação de metas de curto, médio e longo prazos, com projeção até 2030. A 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário está prevista para outubro de 2013. Até lá, serão realizadas conferências territoriais, intermunicipais, municipais, setoriais, temáticas, livres, estaduais e distrital.

Cargill fomenta produção sustentável de óleo de palma na Malásia. Fernando Lopes – O Estado de São Paulo, Agronegócios. 25/06/2013

SÃO PAULO - A multinacional americana Cargill lançou hoje, em parceria com a Wild Asia, grupo da Malásia com foco em ações sociais, e com a ONG Solidaridad, um novo programa de estímulo à produção sustentável de óleo de palma no país do Sudeste Asiático. Os investimentos no programa não foram divulgados.

O objetivo é que, por meio do programa, cerca de 2,5 mil produtores independentes de palma da Malásia recebam assistência técnica, treinamento e capacitação. Há 177 mil produtores independentes na Malásia, um dos maiores países produtores globais de óleo de palma, o óleo vegetal mais comercializado do mundo. A área plantada com palma no país chega a quase 700 mil hectares.

Como outros países produtores, caso da Indonésia, a Malásia sofre duras e recorrentes críticas sobre seu modelo de produção de óleo de palma, considerado bastante agressivo ao ambiente.

Florestas para recuperação de Áreas Degradadas – Site da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 26/06/2013

“O plantio de florestas é o principal meio para a recuperação de pastagens e áreas degradadas. E a recuperação dessas áreas está prevista no Programa de Agricultura de Baixo Carbono, tema importante para a Comissão da CNA”, diz Camila Braga, assessora técnica da Comissão de Silvicultura e Agrossilvicultura da CNA. Ela participa do Fórum Brasil de Restauração Ecológica e de Áreas degradadas, que acontece entre 9 e 11 de julho, em Viçosa, Minas Gerais.

No evento serão discutidas ações relacionadas à Restauração Ecológica, desafios atuais do Novo Código Florestal Brasileiro na Conservação e Restauração de Ecossistemas, planejamento e consolidação de Políticas Públicas frente às mudanças climáticas.

As manifestações e a sustentabilidade. Dal Marcondes – Site da Carta Capital, Sociedade. 26/06/2013

Serviços públicos de qualidade podem liberar bilhões de reais da classe média para o crescimento econômico em vez de pagar por serviços privados de qualidade duvidosa

Da Envolverde

As pautas levantadas nas ruas das cidades brasileiras têm muito mais a ver com sustentabilidade do que normalmente se imagina. Não há nenhuma demanda clara por temas ambientais, no entanto, os temas sociais estão em todas as reivindicações. A melhoria de qualidade dos serviços públicos afeta diretamente a vida de todos os brasileiros, mesmo aqueles que acreditam não ser usuários desses serviços, seja na área

de transporte, educação, saúde ou outra qualquer. Seria muito interessante que escolas públicas de qualidade comecem a atrair todos os estudantes e não apenas aqueles que não podem pagar, que o Sistema Único de Saúde seja de tal maneira eficaz que ninguém mais esteja disposto a deixar uma parte importante da renda em planos de saúde que nem sempre são o que prega a publicidade. Ou que o transporte público seja rápido e confortável e as pessoas preferam não gastar tanto dinheiro comprando carros, pagando seguros e manutenção ou estacionamentos simplesmente para poder ir e vir.

Um cenário de serviços de qualidade é exatamente o que vem defendendo o movimento pela sustentabilidade nas últimas décadas: uma sociedade com qualidade de vida e padrões de conforto sem a necessidade de altos desembolsos por serviços privados de eficácia também duvidosa. É preciso fazer o cálculo da quantidade de dinheiro que seria liberado para que as pessoas e as famílias possam investir em outras coisas, como lazer, cultura, consumo e outras necessidades que ficam sempre abafadas por demandas supostamente prioritárias na divisão dos salários.

Os desembolsos da classe média com serviços que se sobrepõem aos oferecidos pelo poder público, em seus diversos níveis, podem ser redirecionados para alimentar um surto de desenvolvimento e crescimento da economia sem que seja necessário nenhum tipo de renúncia fiscal por parte do governo.

A simples aplicação correta do dinheiro público nos serviços que o Estado já presta e a melhoria da qualidade desses serviços pode gerar um círculo virtuoso de desenvolvimento no Brasil, além de ter impactos importantes em outras áreas, como a ambiental: mais gente andando de transporte público significa menos emissões de CO² por carros nas cidades, maior fluidez no trânsito e menos desperdício de tempo. Há cálculos que buscam dimensionar as perdas econômicas dos congestionamentos, ou seja, muito dinheiro também será liberado para o crescimento econômico com a eficiência do transporte.

Escolas de qualidade, SUS de qualidade, transporte de qualidade podem ser o grande acelerador para a transição para uma sociedade mais sustentável. Depois há mais a ser feito, muito mais, mas esse é um ponto de partida com grande potencial. Outro efeito colateral será a possibilidade de ampliar a poupança interna, que nunca foi muito boa. Há efeitos colaterais para empresas de saúde e escolas privadas, mas investidores sempre encontram soluções para seus negócios.

Sustentabilidade norteia subsídios na EU. Joshua Chaffin – O Estado de São Paulo, Agronegócios. 27/06/2013

Os pagamentos de bilionários subsídios aos agricultores da União Europeia, previstos pela política agrícola do bloco, dependerão cada vez mais do cumprimento de normas ambientais, de acordo com a reformulação radical aprovada ontem pelos parlamentares da UE.

A nova política agrícola comum (PAC), uma das esferas mais carregadas de tinturas políticas da UE, foi aprovada por negociadores da Comissão Europeia, do parlamento e dos países-membros depois de mais de dois anos de conversações que abrangeram segurança alimentar, padrões ambientais e a capacidade dos produtores rurais europeus de competir nos mercados mundiais.

A reforma da política agrícola vai vigorar de 2014 a 2020 e consumirá quase 40% do orçamento plurianual do bloco (€ 960 bilhões) no período.

Em meio à desgastada situação das finanças públicas na região, Dacian Cioloș, o membro da Comissão Europeia responsável pela agricultura, tentou justificar esse mais recente pacote como uma atualização mais ambientalmente correta e mais justa das medidas que o precederam, num esforço para manter o apoio dos contribuintes europeus.

A viga mestra do pacote é a exigência de que 30% dos quase € 278 bilhões pagos sob a forma de subsídios diretos aos agricultores - a maior parcela do programa - sejam vinculados ao cumprimento de novas normas ambientais. Entre elas estão reservar áreas de terra para pasto, fazer rotatividade das culturas e conservar 5% de suas propriedades como áreas de "foco ecológico".

Mas grupos ambientalistas reclamaram que os interesses do agronegócio conseguiram abrandar esses padrões nas negociações, a ponto de esvaziá-los de sentido.

Tony Long, diretor de política para a Europa da ONG World Wildlife Fund (WWF), qualificou o acordo de "oportunidade desperdiçada", cujo espectro voltará para assombrar os agricultores. "A fonte de apoio público ao sistema europeu de subsídios aos agricultores simplesmente secou", disse Long. "Ninguém pode esperar, em sã consciência, que esse tipo de prodigalidade será mantido na próxima vez que a política agrícola comum for revista", afirmou ele

As autoridades da UE sustentam, no entanto, que enfatizar questões ambientais, mesmo com algumas deficiências e concessões de parte a parte, representou uma "guinada de paradigma" para a política. O Copa-Cogeca, o maior grupo de lobby rural da UE - que reclamara, em outros tempos, que os padrões ambientais comprometeriam a competitividade de seus membros - fez menos barulho ontem.

"Segundo acordo fechado hoje [ontem], o apoio será destinado a agricultores ativos, e as medidas para tornar a política agrícola comum mais correta do ponto de vista ambiental serão mais práticas e flexíveis e, portanto, mais benéficas para o meio ambiente, ao mesmo tempo em que garantirão segurança alimentar", disse Gerd Sonnleitner, presidente do Copa.

Outro objetivo da reforma foi criar uma distribuição de dinheiro mais justa, tanto dentro dos países-membros como entre eles. Pelo sistema atual, por exemplo, os agricultores da Grécia recebem € 560 por hectare, enquanto os da Letônia obtêm menos de € 90. A

"nova" política agrícola comum, além disso, tende a privilegiar menos grandes fazendas.

O pacote vai reduzir - mas não zerar - as diferenças. Em consequência disso, algumas fazendas grandes de França, Itália e outros países-membros mais ricos poderão perder não menos do que 30% de seus pagamentos, segundo grupos de lobby do agronegócio.

Uma das mais intensivas batalhas de lobby na reforma foi a que envolveu as cotas de açúcar da UE. As cotas, responsabilizadas pelos altos preços do produto na Europa, constituem um dos últimos grandes regimes de cotas agrícolas do bloco.

Os membros do Parlamento Europeu pressionaram para manter as cotas até 2020, por causa da crise econômica, enquanto a comissão tinha proposto sua extinção gradativa em 2015. Os negociadores aprovaram 2017. O acordo não inclui o limite de € 300 mil sobre os pagamentos a grandes proprietários de terra - pleiteado por Ciolos, mas rejeitado por Reino Unido e Alemanha.

O acordo precisa ser aprovado definitivamente pelo Parlamento Europeu e pelos países-membros, o que deve ocorrer este ano.

Encontro debate estratégias para produção da agricultura familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 27/06/2013

O secretário da Agricultura Familiar do MDA, Valter Bianchini, participou, nesta quarta-feira (26), de mesa redonda sobre construção de projetos alinhados às metas do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, no Workshop Agrobiodiversidade e Agroecologia no Centro-Oeste, que acontece até esta quinta, 27, em Pirenópolis/ GO.

“Com diversas ações de apoio à agroecologia e com o objetivo de dar especial atenção a mulheres e jovens, viemos discutir uma aproximação com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), para sermos parceiros desta articulação entre pesquisa e extensão rural”, disse Bianchini.

O encontro promove a discussão sobre ações integradas entre a Embrapa e os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Meio Ambiente (MMA) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) - que integram a Comissão Nacional da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).

Estratégico para a construção de projetos estruturantes em agricultura familiar com ênfase na agrobiodiversidade e agroecologia, o evento teve como itens destacados nesta quarta a produção de sementes crioulas e biodiversidade de sementes e mudas.

Plano Nacional

Valter Bianchini explicou que o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) articula um conjunto de ações interministeriais e desenha um modelo de

gestão da Política de Agroecologia e Produção Orgânica. Nele constam, por exemplo, lançamentos de chamadas públicas de ater para a agrobiodiversidade e agroecologia, além de ações e propostas de produção, avanços em procedimentos legais e de conhecimento, segundo ressalta Valter Bianchini.

“Introduzimos a gestão de sementes e mudas, um compromisso de avançar nesse campo”, disse Bianchini. O MDA tem, ainda, a meta de lançar chamada pública para levar assistência técnica e extensão rural aos cerca de 100 mil agricultores identificados pelo Censo Agropecuário do IBGE como produtores orgânicos e agroecológicos.

“Dentro do Plano, trabalhamos em um conselho interministerial e com a sociedade civil. Pudemos enxergar o que cada ministério faz, quais os gargalos de atuação, as dificuldades, para fazer uma integração e avançar numa Política”, colocou o secretário da SAF/MDA, durante mesa redonda.

Bianchini também falou da relevância da Agência Nacional de Assistência Técnica (Anater) nesse contexto. Ele observou que a Anater identificará tecnologias através da Embrapa, promoverá o compartilhamento de conhecimento com os extensionistas rurais e os agricultores e utilizará redes de referência em que extensão rural e pesquisa atuarão juntas.

“Nossa grande parceria vai ser cada vez mais com essa estrutura aglutinadora, que será a Anater”, afirmou o diretor executivo de Transferência de Tecnologia da Embrapa, Waldyr Stumpf.

Encontro

O Workshop Agrobiodiversidade e Agroecologia no Centro-Oeste tem organização do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento – Embrapa, do MMA e da Embrapa Cerrados. Participam todas as unidades da Embrapa para a região Centro-Oeste, agricultores, organizações sociais e organizações públicas. Já foram realizados encontros nas regiões Norte e Nordeste, sempre com o objetivo de debater estratégias para a formatação de projetos estruturantes em agricultura familiar com enfoque na agrobiodiversidade e agroecologia, vinculado a políticas públicas. No segundo semestre, ocorrerão as reuniões no Sul e no Sudeste do país.

Os desafios do extrativismo na Amazônia. Gabriel Bonis – Site da Carta Capital, Sociedade. 30/06/2013

Interromper o desmatamento passa pela sustentabilidade. Mas o que está sendo feito para ajudar as comunidades locais a sobreviverem da floresta sem derrubá-la?

De Manaus*

Uma pequena lancha corta o Rio Negro rumo a uma Unidade de Conservação Estadual (UCs) na cidade de Iranduba, a cerca de 80 quilômetros de Manaus, capital do

Amazonas. À frente, um horizonte quase infinito margeado por imensas árvores da Floresta Amazônica. O sol intenso reflete nas águas turvas transformando-as em um espelho azul turquesa. “É água que não tem mais fim”, brinca Roberto Brito de Mendonça, o piloto do barco.

Com olhar fixo às curvas e atalhos do rio, o amazonense de 38 anos percorre a região com a destreza de quem vive na reserva há 16 anos. Segue rumo à comunidade ribeirinha de Tumbira, no meio da floresta. Ali vivem 58 pessoas que retiram da mata sua renda mantendo-a em pé. “Há quatro anos, parei de desmatar. A gente só derrubava as árvores porque não sabia como sobreviver de outra forma.”

A realidade de Mendonça e de Tumbira mudou com a adoção de práticas sustentáveis e do extrativismo como fonte de renda. Hoje, o líder comunitário vive de uma pousada que recebe turistas do Brasil e do exterior. Além da vista, os hóspedes podem se divertir com a televisão e a internet - os sinais são recebidos via satélite. É desta forma também que os alunos da escola local têm suas aulas. Um sistema todo alimentado por placas que captam a energia solar.

Esse olhar sustentável é, entretanto, escasso na Amazônia. Assim como o extrativismo para manter a floresta em pé, o apoio a essas iniciativas é quase inexistente. Críticos ainda ressaltam a falta de apoio técnico e tecnológico nos três níveis de governo para ajudar as famílias. “Faltam políticas públicas para dar condições normais à cadeia produtiva do extrativismo, como ocorre com a soja, o algodão, o milho. Não existe preocupação com ações para os pequenos, que são pouco organizados, mas há políticas de sobra para uma Amazônia de grandes fazendeiros de gado com uma produtividade baixíssima”, questiona o agrônomo Paulo Kageyama, colaborador do Ministério do Meio Ambiente e professor da Universidade de São Paulo.

Não são poucas as pessoas que tiram seu sustento da mata. Segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), ONG que atua há 17 anos pelo desenvolvimento sustentável da região, cinco milhões de brasileiros vivem “na ou da floresta”. A extração de “produtos não-madeireiros” (óleos, resinas, ervas, frutos e borracha) contribui economicamente para a renda de 400 mil famílias.

Tumbira, neste contexto, parece uma exceção em um estado no qual a Secretaria do Meio Ambiente foi criada há apenas dez anos. “No Amazonas, existiam órgãos com o foco em comando e controle. Não havia uma secretaria para pensar uma política de desenvolvimento econômico”, diz Nádia Ferreira, secretária de Meio Ambiente. “Precisávamos ter um modelo de desenvolvimento econômico, conciliando atividades produtivas que não precisem desmatar, como o turismo e o extrativismo.”

O desmatamento ainda é um dos maiores problemas da Amazônia, apesar dos esforços do governo para diminuir a devastação. Entre agosto de 2011 e julho de 2012, o desmatamento na Amazônia Legal caiu 27%, o menor número em 24 anos. Ainda assim, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a área desmatada no

período foi de 4.656 quilômetros quadrados, quase quatro vezes o tamanho da cidade do Rio de Janeiro.

A queda foi, porém, seguida de um resultado negativo: um aumento de 26% no desmatamento entre agosto de 2012 e fevereiro de 2013, na comparação com mesmo período anterior. O total destruído foi de 1.695 quilômetros quadrados, maior que a cidade de São Paulo. Além disso, Mato Grosso, Pará e Rondônia figuram constantemente na lista dos mais devastados. Todos pressionados pela extração ilegal de madeira, pecuária ou avanço da agricultura.

O extrativismo seria, então, capaz de conter o agravamento deste cenário? Fazer frente à indústria da devastação demandaria a qualificação das comunidades locais para extrair o melhor do extrativismo. Os moradores precisariam identificar quais produtos da floresta possuem mais mercado e como maximizar o uso das espécies nativas como a castanha, que pode gerar desde óleos a materiais de artesanato. Neste cenário, a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) age como intermediário para aumentar as chances de sucesso dos projetos extrativistas de 15 unidades de conservação no Amazonas, qualificando líderes comunitários em encontros anuais em Manaus, o último deles ocorrido no início de junho.

A entidade mantém o programa Bolsa Floresta, que beneficia mais de 37 mil pessoas em 541 comunidades no Amazonas, muitas delas entre as mais isoladas do mundo. O projeto destina 50 reais mensais às famílias que se comprometerem a não desmatar, além de fornecer recursos técnicos e financeiros para serem usados em aspectos sociais da comunidade, como a instalação de poços de água. Há ainda investimentos em geração de renda, como a compra de máquinas para a agricultura florestal ou confecção de itens de artesanato, além do apoio ao fortalecimento das associações comunitárias.

A FAS investe por ano cerca de 750 mil reais em cada reserva. As comunidades dentro das UCs decidem como investir o dinheiro de forma conjunta. Os líderes, neste aspecto, são qualificados pela ONG para saberem como levar os negócios adiante. “O objetivo é que eles aprendam e que não sejamos um intermediário para sempre”, diz Valcicleia Solidade, coordenadora do Bolsa Floresta.

O programa é mantido por um fundo do governo do Amazonas, Bradesco e Coca-Cola, além de outros projetos financiados pelo banco e a fabricante de bebidas. O Fundo Amazônia, gerido pelo governo federal e que aceita recursos de outros países, também participa. Outro parceiro é o BNDES, que aportará 20 milhões de reais em projetos que gerem renda nas comunidades atendidas e fortaleçam a atividade das associações.

O papel das associações, acreditam os especialistas, é crucial para que os moradores se juntem em torno de objetivos comuns e criem estratégias de comércio de sua produção. Com essa organização, os líderes também conseguem repassar os conhecimentos obtidos nos treinamentos. “Capacitamos e criamos um mecanismo de gestão dentro da comunidade, treinando outras pessoas para ajudar na organização”, conta Mario Nazaré

de Medeiros, de 44 anos, da reserva de Maués, a 31 horas de barco de Manaus. A comunidade produz guaraná, castanha e artesanato.

Esse apoio técnico, contudo, não existe em diversas outras comunidades na Amazônia. “A economia florestal sustentável é muito carente de investimentos em tecnologia, capacitação e infraestrutura. Como seremos capazes de enfrentar o desmatamento se a economia do desmatamento dispõe desses mesmos elementos em quantidades infinitamente superiores?”, questiona João Tezza, superintendente técnico-científico da FAS. “O orçamento para o desenvolvimento sustentável é pequeno na comparação com o agronegócio. Estruturas como Embrapa têm uma série de incentivos, não nos tornamos uma referência no agronegócio por geração espontânea, mas por vontade política.”

O mesmo poderia acontecer com os produtos do extrativismo, caso haja políticas públicas de investimento. Os produtos da floresta têm mercado e valor comercial, segundo o estudo Contribuição das Unidades de Conservação para a Economia Nacional, do Pnuma, órgão da ONU para o Meio Ambiente, e do governo federal, divulgado em 2011. Apenas a produção de madeira em tora vinda de áreas manejadas das Florestas Nacionais e Estaduais da Amazônia pode gerar até 2,2 bilhões de reais por ano, mais que toda a madeira nativa atualmente extraída no País.

Segundo o Pnud, a produção de borracha de 11 reservas extrativistas gera 16,5 milhões de reais anuais, com o esforço de 4,4 mil famílias produtoras. Mas, se todo o potencial destas áreas fosse aproveitado, 413,9 milhões seriam gerados em 25 anos, contra a previsão atual de 196,8 milhões.

Outro item valioso da floresta é a castanha-do-pará. O produto pode gerar 39,2 milhões de reais anualmente, considerando apenas as 17 Reservas Extrativistas analisadas no estudo. Esses números podem ser ampliados significativamente, diz o Pnud, caso as unidades de conservação produtoras recebam investimentos para desenvolver sua capacidade produtiva. No ritmo atual, os produtores vão gerar 980 milhões de reais em 25 anos, sem considerar uma eventual valorização do preço da semente.

O turismo também pode ser uma fonte de renda relevante. A visitação nos 67 Parques Nacionais geraria entre 1,6 bilhão de reais e 1,8 bilhão por ano, levando em conta as estimativas de turistas que devem passar pelo Brasil até 2016, ano das Olimpíadas. De acordo com o órgão da ONU, se o potencial for explorado de forma eficaz, cerca de 20 milhões de pessoas visitarão as unidades de conservação federais e estaduais até 2016, gerando cerca de 2,2 bilhões de reais naquele ano. Esse dinheiro deve ser movimentado sem que uma única árvore precise ser derrubada.

Esse tipo de pensamento de conservação requer investimentos em longo prazo, o que escapa da prioridade imediatista de governos e afasta a “economia verde” da Amazônia. Isso dificulta que tecnologias simples cheguem a comunidades da floresta, como um trator pequeno para carregar castanhas e aumentar a produção. Há ainda outra barreira: o apoio financeiro.

“A linha de crédito da agricultura familiar tem um valor baixo, além de ser difícil acessar os créditos pela burocracia de documentos”, diz Helevenilson Silva Pinto, de 37 anos, líder em Maués. “Quem acaba pegando esses financiamentos são empresários. Precisamos de facilidades para investir na agricultura primária e melhorar a situação das famílias nas unidades de conservação”, completa Antonio de Souza da Silva, 45 anos, morador da mesma área.

O Amazonas, que tem 98% de áreas de mata preservadas, ao contrário do Pará e Mato Grosso, aposta na recuperação de regiões desmatadas com atividades que possam gerar renda às comunidades. Há um mapeamento da Secretaria de Meio Ambiente que apresenta o nível de desmatamento das cidades e as áreas que poderiam abrigar investimentos. “Não basta plantar, tem de ter espécies de valor econômico, como guaraná, castanha e cupuaçu. Espécies que darão retorno de médio e longo prazo”, diz Nádia Ferreira.

Espécies como estas possuem mercado tanto pelo aspecto sustentável quanto por seu valor nutricional. Antes de chegar aos mercados, porém, os produtores precisam melhorar a qualidade e aumentar a produção. É preciso investir também na logística, que na região da Amazônia é complexa e diminui a competitividade dos itens, já que muitas comunidades estão a dias de barco de distância da cidade mais próxima.

“Temos a necessidade de investimentos em assistência técnica e mecanização dessas áreas porque não é no terço que vai recuperar o solo. Tem que checar insumos para preparar esse solo e escolher espécies que o produtor tem experiência em trabalhar. E também trabalhar no escoamento dessa produção, conseguir o melhor mercado e o melhor preço”, afirma a secretária. “Não adianta só a assistência técnica com o conhecimento científico, e não ter como escoar. Esse é o desafio.”

Outra forma de manter a floresta em pé e ajudar a financiar as atividades extrativistas das comunidades locais é a venda de créditos de carbono acumulados com a preservação da mata. Um projeto no qual a reserva do Juma, que fica a três dias de barco de Manaus, tem investido.

No local, produtor de castanha, peixes e produtos agrícolas, funciona um projeto de captação de créditos de carbono, que é a esperança de renda da reserva. Com o dinheiro da possível venda dos créditos, os ribeirinhos planejam comprar máquinas agrícolas e aumentar a produção nas áreas já desmatadas. “Ainda não conseguimos vender porque não há uma lei que regule o tema no Brasil”, explica Doracy Correa, 42 anos, um dos líderes da reserva.

O mercado de créditos de carbono é criticado por não ajudar a diminuir as emissões de gases estufa no planeta. Apenas permite que empresas e governos altamente poluidores compensem seus excessos comprando o “esforço” de regiões preservadoras de áreas verdes. De toda forma, o mercado parece em baixa. “O carbono esteve em alta, hoje está menos valorizado”, lamenta Ferreira.

“O conhecimento é importantíssimo”. Gabriel Bonis – Site da Carta Capital, Sociedade. 30/06/2013

Líder comunitário e seringueiro conta como o acesso à educação e ao conhecimento o salvou da exploração na Amazônia

De Manaus*

Em uma sala de aula em Manaus, capital do Amazonas, a plateia ouve atenta as palavras de Manoel Cunha. Seringueiro de longa tradição familiar, o amazonense narra um de seus primeiros encontros com a “metrópole” manauense em 1998. Então presidente da associação comunitária de sua região, o extrativista voltava de avião de Macapá, no Amapá, e fazia uma escala no aeroporto de Manaus, de onde iria para Carauari (AM).

O voo no Amapá atrasou e Cunha perdeu sua conexão na capital amazonense. O próximo avião para Carauari demoraria dias. O extrativista foi, então, para um hotel no centro da cidade. Pediu um quarto com janela para a rua. “Minha irmã morava perto do centro de Manaus. Achei que se ficasse na janela, eu a veria passar”, conta em um linguajar simples. “Meus cotovelos adormeceram na janela e ela não passou.”

Era de se esperar, completa aos risos, que a ideia não funcionaria. “O conhecimento é importantíssimo. A falta dele me levou a pensar que na capital do Amazonas, uma cidade com milhares de pessoas, eu poderia simplesmente esperar na janela a minha irmã passar.”

A história de Manoel Cunha, repetida mais tarde à reportagem, ilustra um Brasil onde o investimento na educação e na qualificação profissional esbarram em distâncias geográficas e na ausência de políticas públicas dos governos. Mesmo tendo sido alfabetizado precariamente pelas irmãs, foi a educação que ajudou o seringueiro a romper a lógica da exploração e se tornar um dos três principais secretários do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Hoje, ele coordena o diretório do CSN do Amazonas.

O conhecimento também foi a chave para superar a pobreza. “Minha mãe dizia que era uma benção ser pobre. Éramos pobres porque Deus queria, pois os ricos iam todos para o inferno. Mas conforme tive acesso ao conhecimento, ficou claro que éramos pobres porque a sociedade estava montada para que assim fosse”, lembra em sua ampla sala do CNS.

Cunha vem de uma região do Amazonas onde quem manda são os chamados “patrões”, uma versão amazônica dos coronéis. Os “patrões” eram os supostos donos das terras nas quais os trabalhadores exploravam os seringais. Eles impunham regras rígidas aos trabalhadores, estabeleciam quanto pagariam pela extração da borracha e ainda obrigavam os seringueiros a comprar comida em seus barracões, nos quais cobravam altos valores pelos alimentos. Um esquema quase análogo à escravidão. “Um dia,

chegou à comunidade o Movimento de Educação de Base (MEB), que começou a abrir os horizontes dos ribeirinhos para a possibilidade de mudarmos essa realidade de exploração. Para isso, seria preciso formar grupos políticos e reivindicar nossos direitos junto à prefeitura.”

Os “patrões”, relata, tentaram evitar a atuação do MEB. Temiam que as reuniões do grupo levassem à organização política da comunidade e que os trabalhadores demandassem melhorias para a região. Foi o que aconteceu. “As políticas públicas no Brasil não andam sozinhas, precisamos pressionar. Ainda mais na Amazônia, onde temos grandes distâncias.”

Diferentemente do Pará, no Amazonas a maior parte dos conflitos não é gerada pela extração ilegal de madeira. No estado, o recurso pesqueiro é o catalizador de confrontos entre ribeirinhos e exploradores da floresta. “Conflitos surgem quando as comunidades preservam lagos da pesca predatória e firmas pesqueiras invadem essas áreas para pegar os peixes”, afirma. “Já enfrentei patrão, peixeiro e a polícia, que me ameaçavam para convencer a comunidade a liberar a pesca nestes lagos.”

Muitas vezes, os ribeirinhos acabavam enganados pelos “patrões” e liberavam a pesca. “Eles não sabiam, achavam que o dono das terras é o dono da água, mas não é assim.”

Para evitar esse tipo de pressão, Cunha ajudou a desenvolver um programa que qualifica moradores locais sobre leis ambientais. Esses agentes informam a população sobre seus direitos, impedindo que companhias pesqueiras explorem abusivamente os moradores de áreas isoladas.

O trabalho também ajuda indiretamente a espalhar o conceito de sustentabilidade e do apoio ao extrativismo, defendido pelo seringueiro Chico Mendes, assassinado em 1988. Na parede, Cunha mantém um quadro do líder acreano. “A produção extrativista também movimenta o PIB, mas é esquecida, não é registrada pelo governo. Sem apoio técnico, não dá para registrar quanto os produtos da floresta geraram em riqueza. E imagine quantos bilhões de reais em matéria prima ficam sem registro por causa da falta de apoio do governo ao extrativismo.”

*O repórter viajou a convite da Fundação Amazonas Sustentável (FAS).

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrgio,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa